



**LARISSA FERREIRA DE SOUZA**

**POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL  
BRASILEIRA E TECNOLOGIA SOCIAL: INTERFACES E  
CONEXÕES.**

**LAVRAS – MG**

**2017**

**LARSSA FERREIRA DE SOUZA**

**POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL BRASILEIRA E  
TECNOLOGIA SOCIAL: INTERFACES E CONEXÕES.**

Monografia apresentada ao Departamento de Administração e Economia da Universidade Federal de Lavras como parte das exigências do curso de Administração Pública para obtenção do título de Bacharel.

Prof. Dr. José de Arimatéia Dias Valadão  
Orientador.

**LAVRAS – MG  
2017**

**LARISSA FERREIRA DE SOUZA**

**POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL BRASILEIRA E  
TECNOLOGIA SOCIAL: INTERFACES E CONEXÕES.  
BRAZILIAN TERRITORIAL DEVELOPMENT POLICY AND SOCIAL  
TECHNOLOGY: INTERFACES AND CONNECTIONS.**

Monografia apresentada ao Departamento de Administração e Economia da Universidade Federal de Lavras como parte das exigências do curso de Administração Pública para obtenção do título de Bacharel.

APROVADA em 03 de Agosto de 2017.

Dr. José Roberto Pereira. UFLA

---

Prof. Dr. José de Arimatéia Dias Valadão  
Orientador.

**LAVRAS – MG  
2017**

*“Sempre que me bate o desânimo a desesperança e o temor, procuro me desvencilhar destes sentimentos, lembrando que, lá no final, está um SONHO muito maior que o meu, Está o SONHO de Deus.” (Ivna Sá)*

*A este Deus que me faz sonhar os seus sonhos e me dá força para alcança-los,  
DEDICO.*

*“Chegar e não encontrar é dor doida demais. É sentir-se esquecido, desprovido de cuidado.” (Gabriel Chalita)*

*À minha família, que sempre me esperou e me acolheu nas idas e vindas, nos encontros e desencontros, que sempre me cuidou e não me deixou sentir esquecida.*

*DEDICO*

*“Os que estão ao meu lado também são afetados pela minha transformação.” (Padre Fábio de Melo)*

*Aos amigos que estiveram ao meu lado e cresceram comigo, de modo especial Brenda Luiza, Maysa Serpa, Suellen Sena e Ministério Universidades Renovadas.*

*DEDICO*

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, autor da vida e maior mestre que alguém pode conhecer.

Aos meus pais Nelson e Eliana e irmãos Thales e Thaís, pelo carinho, amor e dedicação ao longo desses anos de UFLA.

Aos meus amigos, em especial ao Ministério Universidades Renovadas por se fazerem abrigo e se tornarem minha segunda família.

À Universidade Federal de Lavras, em especial ao Departamento de Administração e Economia, por todo aprendizado e crescimento.

Ao Professor José de Arimatéia Dias Valadão, pela orientação, apoio e confiança.

À Professora Sabrina Soares da Silva, pelos três anos trabalhando como monitora da sua disciplina. Aprendi muito com você.

Aos professores do Curso de Administração Pública da UFLA, não somente por terem me ensinado, mas por me terem feito aprender.

Á todos que de alguma forma estiveram presentes ao longo dessa jornada. Vocês fizeram a diferença.

**MUITO OBRIGADA!!**

## RESUMO

Diante do desafio de promover desenvolvimento territorial em um país com tamanha extensão como o Brasil as Tecnologias Sociais têm se apresentado como uma alternativa inovadora capaz de promover desenvolvimento nacional e atender as demandas locais. Isso é possível por meio da criação de uma Política Nacional de Desenvolvimento Territorial apoiada nos princípios da Gestão Social. Diante dessa discussão, o presente estudo objetivou analisar como as Tecnologias Sociais se inserem na Política de Desenvolvimento Territorial Brasileiro. Para alcançar tal objetivo foi realizado um levantamento da bibliografia relacionada ao desenvolvimento territorial, tecnologias sociais e as políticas públicas ligadas a essas áreas. A relação entre Tecnologias Sociais e Gestão Social também foi estudada, além da realização de pesquisas junto a estudiosos do assunto e análise dos materiais publicados no Brasil acerca daquilo que tem sido desenvolvido em termos de TS. Os resultados alcançados mostraram que é alta a incidência dos princípios de Gestão Social dentro das iniciativas de TS desenvolvidas no país, comprovando que as Tecnologias Sociais podem ser utilizadas como ferramentas para a construção de uma política nacional que leve ao desenvolvimento dos territórios. Além disso, a inserção das TS na política de desenvolvimento territorial do Brasil se dá mediante o cumprimento dos princípios básicos da Gestão Social, principal pilar de sustentação dessa política, atuando as TS como complemento da Gestão Social e a Gestão Social como complemento da primeira.

**Palavras Chaves:** Tecnologias Sociais, Desenvolvimento Territorial, Gestão Social.

## ABSTRACT

Faced with the challenge of promoting territorial development in a country as large as Brazil, Social Technologies (ST) have presented themselves as an innovative alternative capable of promoting national development and meeting local demands. This is possible through the creation of a National Territorial Development Policy based on the principles of Social Management. In view of this discussion, the present study aimed to analyze how Social Technologies are part of the Brazilian Territorial Development Policy. In order to reach this objective, a bibliographical survey was carried out related to territorial development, social technologies and the public policies associated to these areas. The relationship between Social Technologies and Social Management was also studied, and it was conducted research with scholars and the analysis of materials published in Brazil about what has been developed in terms of ST. The results showed that the incidence of the Social Management principles within the ST initiatives developed in the country is high, proving that the Social Technologies can be used as tools for the construction of a national policy that leads to the development of the territories. In addition, the insertion of ST into Brazil's territorial development policy is achieved by complying with the basic principles of Social Management, the main pillar of sustainability of this policy, acting the ST as a complement to Social Management and Social Management as a complement to the former.

**Keywords:** Social Technologies, Territorial Development, Social Management.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>8</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO</b>	<b>12</b>
<b>2.1 Desenvolvimento Territorial</b>	<b>12</b>
<b>2.2 Política de Desenvolvimento Territorial Brasileira</b>	<b>16</b>
<b>2.3 Políticas Públicas e Tecnologia Social</b>	<b>19</b>
<b>2.3.1 Políticas Públicas e Tecnologia Social no Contexto Brasileiro: Dimensões e Indicadores.</b>	<b>20</b>
<b>2.4 Conexões entre a Gestão Social dos Territórios e as Dimensões de TS</b>	<b>26</b>
<b>3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b>	<b>29</b>
<b>3.1 Classificação da pesquisa</b>	<b>29</b>
<b>3.2 Objeto de Estudo</b>	<b>29</b>
<b>3.3 Coleta de dados</b>	<b>30</b>
<b>3.4 Análise de dados</b>	<b>32</b>
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÕES</b>	<b>33</b>
<b>4.1 O Instituto de Tecnologia Social</b>	<b>33</b>
<b>4.2 Os Macroprocessos da Gestão Social e as Tecnologias Sociais</b>	<b>37</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>44</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>47</b>



## 1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento territorial tem sido visto como uma alternativa ao desenvolvimento de nações que não possuem domínio econômico. As críticas ao modelo de desenvolvimento baseado somente no crescimento econômico são variadas e vão desde a sua insustentabilidade, devido à necessidade de recursos não renováveis, até as críticas ao desequilíbrio territorial causada por este tipo de crescimento, que transforma a desigualdade de classes em desigualdades de regiões (FERREIRA, 2009).

No Brasil, essa abordagem de desenvolvimento passou a ser adotada pelo governo nos anos finais de 1990, quando se retomou o debate a cerca do papel do Estado na promoção do desenvolvimento regional e chegou-se a conclusão de que deveria ser efetuada uma combinação de políticas governamentais de cima para baixo com iniciativas de desenvolvimento de baixo para cima. Bandeira (1999, p. 9) mostra que “vem-se tornando cada vez mais evidente a inadequação das ações formuladas de cima para baixo, sem envolvimento dos segmentos relevantes da sociedade civil”. A partir de então, várias políticas públicas têm sido criadas com o objetivo de promover um processo de desenvolvimento pautado no protagonismo dos atores sociais.

Em contrapartida, as discussões acerca do desenvolvimento territorial brasileiro, assim como as políticas públicas voltadas a essa temática, sempre estiveram ligadas a práticas locais, sobretudo a experiências disseminadas em áreas rurais, como aponta Abramovay (1999) e Veiga (2000, 2001), ao dizerem que a ideia de uma abordagem territorial incorporada ao novo rural começava a amadurecer nos fins dos anos 1990.

Essa característica de pautar o desenvolvimento em questões locais se deve às iniciativas de ONGs e da sociedade civil organizada, que em contraste com a visão que defendia a construção de arranjos sócios produtivos autônomos, programaram respostas específicas que valorizavam as diversidades econômicas, sociais e políticas existentes em seus territórios locais, tendo como motivação principal o combate à pobreza e às desigualdades sociais e regionais brasileiras, representando uma alternativa real de geração de cidadania e de inserção dos territórios considerados subdesenvolvidos nos circuitos econômicos regionais, nacionais e internacionais mais dinâmicos (Ortega, 2007).

Apesar dessas iniciativas, o enfoque de desenvolvimento local e rural ganhou forças e se institucionalizou como enfoque territorial somente em 2003 durante o governo Lula com a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), responsável pela criação do

Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT), ligada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, e ganhou forças em 2008 quando o governo Lula, por meio da Casa Civil, criou o Programa Territórios da Cidadania voltados ao combate à pobreza, articulando ações de um conjunto de ministérios.

A partir de então, as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento territorial têm sido desenvolvidas tendo como base a gestão social. As discussões sobre gestão social começaram a ganhar forma no Brasil a partir de 1990 com a onda Neoliberal e com as orientações do consenso de Washington que tinha entre suas medidas a proposta de um Estado-Mínimo, o que levou a academia a direcionar seu olhar para a relação Estado-Sociedade e Capital-Trabalho (Tenório, 2005). Dessa forma, temas como democracia, participação, governança e auto-organização ganharam forças e o governo passou a reconhecer a importância da participação nos processos de tomadas de decisões em colegiados, conselhos e fóruns.

A implantação da gestão social nas políticas públicas territoriais se deve às ações impulsionadas pelo Governo Federal do Brasil, sobretudo no âmbito do Programa Territórios da Cidadania, quando se tomou consciência da necessidade de inclusão participativa no processo de tomada de decisão (DIAS e PAIVA, 2015). Duas características passam a ser centrais na elaboração de tais políticas. “[...] Em primeiro lugar, é preciso um ambiente marcado pela descentralização política e administrativa [...]. Em segundo lugar, é preciso desenhar ações que conduzam ao empoderamento da sociedade [...]” (SDT - MDA, 2005b, p.11)

Com a descentralização político-administrativa, acentua-se a consolidação da democracia por meio do empoderamento das comunidades locais no processo decisório no âmbito de políticas públicas. Além disso, a constituição de 1988 trouxe maior poder político aos municípios, onde passa a ocorrer uma maior compreensão de que o desenvolvimento de uma localidade não ocorre simplesmente pela aplicação de uma política pública, mas é necessária a criação de estratégias para que essas políticas possuam baixo custo, fácil aplicabilidade, impacto social comprovado, atendam aos objetivos das comunidades locais e que tenham os atores sociais como seus principais formuladores.

Diante dessas exigências na formulação de tais políticas, as Tecnologias Sociais se apresentam como uma importante ferramenta a ser utilizada na busca pelo desenvolvimento territorial, isto porque de acordo com a Rede de Tecnologia Social, criada em 2005 para reunir organizações do país e do exterior que desenvolvem estudos sobre o tema, as

Tecnologias Sociais consistes em “produtos, técnicas e metodologias reaplicáveis, desenvolvidas por meio da interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social” (RTS, 2004)

A proposta da Tecnologia Social é que as medidas para alcançar o desenvolvimento local sejam desenhadas por moradores, associações de bairros, ONGs, movimentos sociais, que criem novas tecnologias capazes de atender seus anseios ou adequem uma metodologia já existente que seja capaz de se moldar às características de cada realidade.

O conceito de Tecnologia Social tem como elemento central os atores envolvidos na formulação de tecnologia. “A tecnologia social não corrobora a ideia de que universidades, institutos públicos de pesquisa ou organizações da sociedade civil escolham o problema a ser enfrentado e construam soluções tecnológicas de maneira isolada dos usuários-produtores” (FRAGA, 2011, p. 110). Ou seja, as políticas em que se baseiam as TS, buscam trazer o ator social para o centro da resolução de problemas, colocando-o como protagonista no processo de criação de políticas públicas da qual ele mesmo será o beneficiário.

Dentre os avanços sobre Tecnologias Sociais no Brasil, destaca-se a criação da Política Nacional de Tecnologia Social, um projeto de Lei de autoria do Ex Senador Federal Rodrigo Rollemberg (PSB/DF) encaminhada para a Câmara dos deputados e que objetiva unir saberes populares com conhecimentos científico-tecnológicos de baixo custo e de fácil aplicabilidade para atender a solução de problemas básicos.

Atualmente, as iniciativas voltadas às TS estão incluídas na estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. O objetivo do projeto de lei que institui a PNTS é incluí-las em programas nacionais com o mesmo *status* atribuído às demais atividades científicas, abrindo espaço para que estudos das políticas relacionadas às TS sejam cada vez mais difundidos e para que essas políticas sejam utilizadas de maneira mais efetiva no processo de desenvolvimento brasileiro.

Diante da necessidade de trazer os atores sociais para o centro da formulação de políticas públicas que levem ao desenvolvimento territorial (CORREA, 2009; SDT - MDA, 2005b) e do objetivo das políticas de Tecnologias Sociais de formular um método de pesquisa que seja capaz de integrar conhecimento de ciência e tecnologia com conhecimento local por meio da participação popular, surge o seguinte questionamento que norteia a elaboração deste estudo: como as Tecnologias Sociais (TS) se inserem na política de Desenvolvimento Territorial Brasileira (PDTB)?

Entre as justificativas para a realização da presente pesquisa está a prerrogativa de que a descoberta de políticas públicas que sejam orientadas pelo público beneficiário consegue atingir um alcance muito maior do que aquelas que são construídas de acordo com o modelo *top down*, ou seja, de cima pra baixo, ou aquelas que são implantadas de acordo com sua implementação em outras realidades sem nenhum reajuste aos desafios locais.

Ao analisar as inter-relações entre as Tecnologias Sociais e a Política de Desenvolvimento Territorial Brasileira, será possível buscar soluções que promovam o crescimento de regiões menos desenvolvidas por meio de políticas de baixo custo, alta efetividade e que promovam o uso do processo de participação popular que garantem mais legitimidade e efetividade ao processo e que resulta no desenvolvimento do país.

Outro fator que justifica essa pesquisa consiste nos incentivos que a constatação de uma relação direta entre políticas de Tecnologia Social e desenvolvimento territorial pode trazer. Isto porque o desenvolvimento territorial é um assunto que tem sido cada vez mais discutido em todo o Brasil e a relação com a Tecnologia Social pode criar incentivos para que estudantes, pesquisadores, indústrias e governos firmem parcerias com o objetivo de unir seus diferentes conhecimentos e tecnologias no intuito de se criar soluções para os diversos problemas que são recorrentes no Brasil.

Apresenta ainda como justificativa a participação da sociedade no processo de construção de políticas públicas que beneficiem a comunidade local, isso porque ao participar dessa construção, o indivíduo se sente inserido no processo político e democrático do seu território e com isso assume a sua responsabilidade como autor e usuário das políticas implantadas, e para que essa participação ocorra é fundamental o conhecimento da sociedade a cerca da temática de Tecnologia Social.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo apresenta uma revisão de literatura sobre assuntos ligados ao objetivo do estudo, apresentando discussões sobre temas como desenvolvimento territorial, Políticas de Desenvolvimento Territorial Brasileira, Tecnologias Sociais e suas dimensões, com o objetivo de ampliar o campo de conhecimento sobre o assunto e fornecer as bases para a análise posterior dos dados coletados.

### 2.1 Desenvolvimento Territorial

O termo desenvolvimento é empregado em diferentes contextos, apresentando para isso conceitos diversos de acordo com a área em que ele está sendo utilizado, nas palavras de Wanderley (2014, p. 80),

O “desenvolvimento” não é uma palavra neutra, que pudesse indicar, sem controvérsias, o caminho “natural” a ser trilhado por uma sociedade na busca do seu progresso e aperfeiçoamento. Ao contrário, ela se refere, antes de tudo, a um vasto e profundo campo de disputas entre concepções de sociedade, que expressam interesses conflitantes de grupos e classes sociais.

Nesse trabalho o conceito utilizado será aquele que vê o desenvolvimento a partir da noção de território, ou em outras palavras, o desenvolvimento territorial.

De acordo com Grandó (2014)

[...] abordagem territorial do desenvolvimento teve início do Brasil com os trabalhos de Ricardo Abramovay, José Eli da Veiga e de José Humberto Oliveira, secretário Nacional de Desenvolvimento Territorial de 2003 a 2011. Esses são os principais nomes que introduziram no país, principalmente no âmbito das políticas públicas, a importância de ampliar a escala na aplicação de programas de desenvolvimento, do setorial para o territorial (GRANDO, 2014, p. 47-48).

Abramovay (2001), apoiado nas ideias de autores como Douglass North e Amartya Sen, apresenta o conceito de desenvolvimento como sendo diretamente relacionado à maneira como se coordenam a ação dos indivíduos e de grupos sociais diversos, afastando assim a noção de desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico e acúmulo de riquezas.

Amartya Sen (1999) vai além dessa visão quando apresenta o conceito de desenvolvimento sob a ótica da liberdade, ou nas palavras do próprio autor, o desenvolvimento “[...] diz respeito à relação entre rendas e realizações, entre mercadorias e

capacidades, entre nossa riqueza econômica e nossa possibilidade de viver do modo como gostaríamos” (SEN, 1999, p. 27).

O desenvolvimento da forma como tem sido tratado, sendo visto apenas sob a lógica do capital e da acumulação de rendas, restringe a capacidade de desenvolvimento apenas às nações com domínio econômico, o que acaba gerando o seu próprio fracasso, pois desconsidera as diversidades que existem em todo o mundo, ou ainda como aponta Wanderley (2014, p. 83), “[...] o crescimento econômico pode camuflar um profundo desequilíbrio, em termos de pobreza e exclusão social”.

Surge a partir desse ponto a necessidade de se estudar outras formas de desenvolvimento que não apenas o econômico, a necessidade de se criar nações que se desenvolvam baseadas nas diversidades de economias, como por exemplo, o crescimento a partir do desenvolvimento territorial.

O conceito de desenvolvimento territorial pode ser visto “como um processo de mudança social de caráter endógeno, capaz de produzir solidariedade e cidadania, e que possa conduzir de forma integrada e permanente a mudança qualitativa e a melhoria do bem-estar da população” (IPEA, 2011, n.p).

Ele está diretamente relacionado à forma com que o Estado atua no cenário nacional. Essa abordagem de desenvolvimento foi adotada na agenda do governo brasileiro nos anos finais de 1990 (SILVA, 2012), quando passou a ser referência na criação de políticas públicas por parte do governo federal. Para entender o conceito de desenvolvimento territorial é preciso desvincular a ideia de desenvolvimento ligado a fatores econômicos e relaciona-lo a ideia de território.

Atualmente o conceito de território adotado pelo governo se refere a

[...] um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais - tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições - e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (SDT - MDA, 2005a, p. 7-8).

Com base nesse conceito, várias políticas públicas têm sido criadas com o objetivo de promover um processo de desenvolvimento pautado no protagonismo dos atores sociais. Com a participação desses atores, o desenvolvimento territorial passa a ter influência de vários fenômenos, políticos sociais e econômicos.

As questões sociopolíticas dizem respeito ao papel que os atores sociais locais devem assumir para promover o desenvolvimento da sua região, essa dimensão participativa de atuação dentro do território deve considerar as diferenças entre os atores envolvidos. De acordo com Delgado, Bonnal e Leite (2007), esses atores

[...] podem ser distinguidos quanto à localização propriamente dita das suas atividades e práticas (rural e/ou urbana), ao caráter da propriedade dos ativos e do emprego de mão-de-obra (setor patronal, agricultura familiar), às áreas de atuação na atividade econômica (agropecuária, indústria, serviços, etc.) e ao processo de organização e representação política (sindicatos – patronais e de trabalhadores, movimentos sociais, associações empresariais, consumidores, ambientalistas, organizações não-governamentais – ONGs, entre outros), etc. (DELGADO; BONNAL; LEITE, 2007, p.25).

Dessa forma, quando se pensa o desenvolvimento territorial a partir da participação de diferentes atores sociais, se torna evidente a ocorrência de conflitos de acordo com os diferentes interesses que cada grupo apresenta. Isso acontece porque muitas vezes a participação é vista como uma solução mágica para o processo democrático de proposição de políticas públicas, sem levar em conta as dificuldades que a implantação de tal estratégia exige.

Outra vertente diretamente relacionada ao desenvolvimento territorial são as questões econômicas e as ferramentas de mercado. Se por um lado o desenvolvimento territorial tem por objetivo desenvolver o potencial de uma região, as ferramentas de mercado visam mostrar o que o território apresenta de atrativo, gerando demanda e trazendo riquezas materiais à região.

Nesse sentido, avaliar e executar atividades potenciais presentes no território é o primeiro passo para o desenvolvimento, pois não se pode impor sobre a localidade algo que lhe seja completamente estranho. Outro ponto a ser tratado é sobre a articulação entre as empresas e os órgãos públicos de regulamentação, para que se criem dispositivos que favoreçam micro e pequenas empresas a se instalarem em locais em processo de desenvolvimento.

O estreitamento das relações entre mercado e território além de contribuir para o crescimento regional auxilia também na retenção de pessoas no território, pois se cria a imagem de que é possível crescimento sem a necessidade de transferência para outras localidades já desenvolvidas, contribuindo assim para a diminuição do fluxo emigratório desses territórios.

Os fatores políticos estão associados à participação do governo na criação de políticas públicas que promovam o crescimento de certa região, contribuindo assim para o desenvolvimento territorial.

Como aponta Guimarães Neto (2010), a atuação governamental, baseada em políticas públicas territoriais, se apoia em vários aspectos que se constituem em características próprias do Brasil. Como escreve o autor,

Um desses aspectos diz respeito à dimensão continental do Brasil. Este fato, associado à grande heterogeneidade e diferenciação do território, passou a exigir, para ser eficaz no encaminhamento de soluções, um tratamento apropriado e adequado para os espaços diferenciados: macrorregiões, meso ou microrregiões. Agrega-se a isso a grande desigualdade territorial do Brasil da perspectiva do desenvolvimento econômico e social, resultante de complexos processos históricos, que é hoje um dos temas da maior relevância dentro e fora da academia: a questão regional brasileira. (...) (GUIMARÃES NETO, 2010, p. 49).

Com isso, os fatores políticos do desenvolvimento territorial, se expressam no tratamento de um nível específico da realidade, ou seja, o estado por meio de políticas públicas estabelece um planejamento adequado a cada tipo de realidade.

No Brasil, as discussões a cerca do desenvolvimento territorial sempre estiveram ligadas a práticas locais, sobretudo a experiências disseminadas em áreas rurais. De acordo com Ortega (2008), o foco no meio rural brasileiro se deve a existência de municípios com níveis baixos de crescimento e desenvolvimento, evidenciados pelos baixos indicadores sociais de educação, saúde e mortalidade, e pela baixa capacidade institucional, que se refere ao grau de participação local nos processos de gestão e na sua capacidade financeira e gerencial.

A institucionalização do enfoque territorial ocorreu em 2003, durante o governo Lula, com a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), ligada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O objetivo da SDT era superar a pobreza e o baixo dinamismo socioeconômico no meio rural por meio do desenvolvimento territorial sustentável. Para alcançar esse objetivo, a SDT criou em 2003 o Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT), e o governo Lula por meio da Casa Civil, criou o Programa Territórios da Cidadania, em 2008.



## 2.2 Política de Desenvolvimento Territorial Brasileira

O desenvolvimento territorial tem se tornado uma das mais utilizadas formas do Estado e dos atores locais atuarem no desenvolvimento local e no combate a pobreza por meio de políticas públicas (CORRÊA, 2009).

Ainda de acordo com a mesma autora, a partir de 1970 surgiram debates sobre o perfil que uma política devia ter para ser empregada no desenvolvimento de uma determinada localidade, e com a análise de experiências norte-americanas e europeias, estruturou-se a ideia de que o desenvolvimento de um espaço depende, sobretudo, da organização de sua sociedade em relação aos objetivos que esta pretende alcançar.

Diante desses debates a cerca de políticas públicas territoriais, o MDA e a SDT, orientados pela sua missão de “apoiar a organização e o fortalecimento institucional dos atores sociais locais na gestão participativa do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e promover a implementação e a integração de políticas públicas” (SDT-MDA, 2005-C, p. 9), definiram alguns pontos-chaves que devem ser considerados na formulação e implementação de tais políticas, tendo como pilar a gestão social.

Na perspectiva da abordagem territorial, a gestão social é entendida como,

Um processo de gerir assuntos públicos por meio da descentralização político-administrativa, redefinindo formas de organização e de relações sociais com a sustentabilidade, transparência e efetiva participação da sociedade, o que implica a ampliação dos níveis das capacidades humanas, sociais e organizacionais do Território (SDT-MDA, 2005-C).

Para atender aos objetivos traçados pela SDT e pelo MDA, as políticas públicas de desenvolvimento territorial devem ter um pleno envolvimento das forças sociais existentes nos territórios, é por isso que não se pode separar desenvolvimento territorial de gestão social. Visando essa dupla articulação, a SDT e o MDA estabeleceram os principais parâmetros de atuação dessas políticas públicas, que são orientadas pela presença de três eixos estratégicos e de um ciclo de gestão social.

Esses eixos estratégicos e o ciclo de gestão social se encontram no documento da SDT/MDA que traz as referências para a Gestão Social de Territórios Rurais, elaborado em 2005.

O primeiro eixo estratégico, ou característica delimitada pelo SDT e pelo MDA, corresponde a organização e fortalecimento dos atores sociais, ou seja, as políticas públicas devem desencadear um processo de incremento das redes sociais dos territórios por meio de

ações permanentes de mobilização, organização e capacitação, com o objetivo de garantir maior autonomia e empoderamento das comunidades na gestão do desenvolvimento.

O segundo eixo estratégico trata da adoção de princípios e práticas de Gestão Social, este princípio busca fazer com que as políticas públicas criem procedimentos que estimulem a adoção de práticas características da gestão social que gerem desenvolvimento e que se criem espaços de debates capazes de garantir transparência, participação e sustentabilidade.

O terceiro e último eixo estratégico é responsável pela implementação e integração de políticas públicas. As iniciativas para buscar o desenvolvimento territorial devem promover a convergência de diferentes políticas públicas facilitando o dialogo e buscando uma efetiva integração vertical dos ambientes municipal, territorial, estadual e nacional, e horizontal entre as diferentes entidades que atuam em um mesmo nível.

O Ciclo de Gestão Social é formado por um processo que se desdobra em um conjunto de macroprocessos. O caminho desses macroprocessos segue um ciclo continuo e retroalimentado que precisa ter seus resultados frequentemente avaliados. Essa ideia de ciclo está mais bem representada na figura 1.

Figura 1: Ciclo de gestão Social



Imagem: Secretária de Desenvolvimento Territorial/Ministério do Desenvolvimento Agrária. (SDT/MDA, 2005, p.16-C).

De acordo com a proposta, o Ciclo de Gestão Social envolve 4 princípios fundamentais: participação, descentralização, transparência e democracia e cada princípio fundamental se divide em subprincípios, sendo eles a sensibilização e mobilização dos atores locais, que propõe a construção de uma visão compartilhada de futuro e de diagnósticos participativos da atuação nela envolvida, a elaboração de um planejamento com desdobramento em plano e projetos específicos que passa ainda pela articulação de políticas e instrumentos necessários para dar vida a esse plano e alcança finalmente os momentos de monitoramento e avaliação, que por sua vez resultam na atualização daquela visão de futuro.

A sensibilização e mobilização consistem na aproximação e envolvimento de novos atores – políticos e econômicos, individuais e coletivos, públicos e privados – ao processo de gestão das iniciativas territoriais, buscando sua mobilização e comprometimento.

A visão de futuro é a etapa onde são estabelecidas as diretrizes do processo de desenvolvimento. Ela deve ser definida de maneira participativa e deve se tornar um instrumento essencial na construção do senso compartilhado, a visão de futuro deve estabelecer ainda aonde se quer chegar a um determinado intervalo de tempo.

O diagnóstico deve ampliar o senso de apropriação do local pelo fato de ampliar a compreensão das suas causas e processos históricos e deve também propiciar a racionalização dos elementos de identidade do território. Ele deve ser construído, também, de forma participativa, o que deve facilitar a obtenção de dados primários e permitir melhores condições para uma reflexão mais crítica da realidade.

A etapa de planejamento é o momento de tomada de decisões estratégicas que definem quais as prioridades de intervenção no território. Os arranjos institucionais são acordos tomados em torno da implementação dos programas e projetos pactuados e de interesse dos territórios. A organização para execução dos planos requer a definição de papéis, atribuições e tarefas articuladas com todas as etapas.

A direção para execução dos planos é responsável pela coordenação do processo participativo no planejamento, execução, monitoramento e avaliação, e pela garantia de que isso ocorra de maneira transparente e eficaz.

A última etapa de monitoramento e avaliação é responsável pelo monitoramento das iniciativas de desenvolvimento territorial, e envolve um acompanhamento passo a passo do desenvolvimento das ações dentro do ciclo de gestão, subsidiando o eventual redirecionamento das ações em intervalos de curto prazo. A avaliação, por sua vez, refere-se a

momentos de aprofundamento da reflexão sobre os caminhos adotados, sempre se pautando por indicadores claros e pactuados entre os agentes envolvidos.

O fundamental para que uma política pública atenda ao ciclo de gestão social é que ela cumpra os três grandes macroprocessos que caracterizam as iniciativas de desenvolvimento dos territórios rurais: planejamento, organização e controle social, e como esses macroprocessos e a sua metodologia de implantação podem variar de território para território, o essencial é manter dentro de cada processo os princípios de participação, descentralização, democracia e transparência podendo ser eles utilizados de formas e em etapas distintas.

### **2.3 Políticas Públicas e Tecnologia Social**

É comum se fazer ligação entre o termo social e as camadas mais vulneráveis da sociedade, isso porque o termo sempre aparece associado a elas, como quando se trata de vulnerabilidade social, classe social etc. No entanto, quando falamos de Tecnologia Social não está se referindo apenas a necessidade de tecnologia para a classe menos favorecida, apesar de propor um modelo mais solidário de tecnologia que promova o desenvolvimento de tais classes. A Tecnologia Social pretende atingir todas as camadas da sociedade por meio da participação e autogestão de seus usuários.

Em um país com infraestrutura ainda deficiente, com uma extensão territorial tão distinta como o Brasil, o desenvolvimento nacional deve ser pensado a partir de lógicas locais, com participação popular e criação de tecnologias que possibilitem a satisfação das necessidades particulares de cada região e a partir da satisfação dessas necessidades atingir o desenvolvimento territorial como um todo.

Nesse sentido, a Tecnologia Social busca formular um método de pesquisa que seja capaz de integrar conhecimento de ciência e tecnologia com conhecimento local através da participação popular.

De acordo com Costa (2013, p. 19):

Compreender o conhecimento local deve levar o pesquisador a extrair seus conteúdos principais para relacioná-los com conhecimentos científicos, de modo que surjam novas abordagens para resolver velhos problemas. A participação da população é sugerida como forma de garantir a efetividade da solução tecnológica, pois a vivência cotidiana da população com a situação problema, aliada a seus conhecimentos e suas diferentes formas de saberes, lhes confere capacidade de participar do processo de pesquisa e desenvolvimento da tecnologia.

A partir dessa visão de trazer a participação popular para o centro da discussão, busca-se acabar com a premissa de que a responsabilidade de criar soluções para os inúmeros problemas cotidianos seja de especialistas com formações técnicas e metodologias prontas. A proposta da Tecnologia Social é que essas soluções sejam criadas por moradores, associações de bairros, ONGs, movimentos sociais que criem novas tecnologias capazes de atender seus anseios ou adequem uma metodologia já existente e que seja capaz de se moldar as características de cada realidade.

Na perspectiva social, a tecnologia é vista como algo interligada ao ambiente que não pode ser concebida fora deste, por isso o conceito de Tecnologia Social é tão híbrido, pois no contexto de formulação de políticas públicas ela se apresenta em meio a inúmeras variáveis.

Renato Dagnino apresenta o conceito de Tecnologia Social voltado para o processo produtivo no âmbito do trabalho. Na visão do autor, as Tecnologias Sociais seriam

[...] artefatos ou processos que resultem da ação de um empreendimento em que a propriedade dos meios de produção é coletiva, onde os trabalhadores realizam atividades econômicas de modo autogestionário e a gestão e alocação dos resultados é decidida de forma participativa e democrática. (DAGNINO, 2012, p. 2)

Já o projeto de Lei do Senado nº111 de 2011, que institui a Política Nacional de tecnologia Social, define tecnologia social como

[...] técnicas, procedimentos, metodologias e processos, produtos, dispositivos, equipamentos, serviços e inovações sociais organizacionais e de gestão, desenvolvidas ou aplicadas em interação com a população e que promovem inclusão social e melhoria das condições de vida da população [...] (SENADO, 2011).

O que fica evidente em ambos os conceitos é a criação ou utilização de tecnologias já existentes por partes dos beneficiários na busca da satisfação dos seus objetivos. Assim, percebe-se que a noção de Tecnologia Social se aplica no plano conceitual por meio da forma participativa de se construir conhecimento e tecnologia, e no plano material, onde as experiências com Tecnologias Sociais são aplicadas na resolução de problemas variados.

### **2.3.1 Políticas Públicas e Tecnologia Social no Contexto Brasileiro: Dimensões e Indicadores.**

A partir de 1990, o estudo sobre políticas públicas no Brasil ganhou uma nova roupagem, frutos de novas tendências vindas de aspectos contextuais e históricos. De acordo com Costa (2013),

A contextualização desse modelo remete à quebra do paradigma do Estado de bem-estar social, que se pauta na exclusividade do Estado pela responsabilidade e provisão de bens e serviços públicos, diante da incapacidade do mercado em oferecer soluções sociais à sociedade e da fragilidade da sociedade civil (COSTA, 2013, p. 226).

Com a democratização, a crise do Estado de bem estar social e a eminente ascensão de agendas neoliberais, a atuação por parte do Estado na área social foi colocada em jogo, aliado a tudo isso, a crise fiscal existente no país nos anos 1980 e início dos anos 1990 limitou a capacidade do Estado de dar respostas à crise social enfrentada.

Em decorrência desse contexto, a partir da década de 1990 passaram a proliferar iniciativas que se estruturavam com base em vínculos diversos entre os novos governos democraticamente eleitos e a sociedade civil organizada. Conformava-se uma nova arquitetura social na relação entre Estado e organizações da sociedade civil para a formulação, implementação e controle das políticas públicas. Esse modelo de gestão e estruturação de políticas desde então vem se desenvolvendo (COSTA, 2013, p.227).

Essa nova relação objetiva a criação de parcerias entre o Estado e a sociedade civil, garantindo uma nova comunicação destes com o setor privado para garantir a provisão de serviços públicos.

a agenda de reformulação da gestão estatal no Brasil, que não é monopólio neoliberal, é composta por linhas de pensamento que incorporam a descentralização e a participação, a busca por novas formas de articulação com a sociedade civil e a introdução de novas formas de gestão nos órgãos públicos buscando torná-los mais participativos, mais ágeis, efetivos e permeados por uma concepção ampliada de esfera pública. (COSTA, 2013, p228)

É a partir dessa nova relação entre Estado e sociedade civil que as políticas públicas baseadas em Tecnologia Social estão se estruturando. Para que uma Tecnologia Social seja considerada política pública o primeiro passo é reconhecer a sociedade civil e os atores locais como as peças chaves da formulação e implementação dessa política.

Para facilitar o acompanhamento, monitoramento e desenvolvimento das políticas públicas consideradas de origem técnico-social, foi criado o Sistema de Acompanhamento das Tecnologias Sociais (Satecs), uma proposta que tem como objetivo desenvolver inovações metodológicas de estudo e análise que resultem em indicadores e gráficos que possibilitem

caracterizar de forma pluridimensional as Tecnologias Sociais, diminuindo a carga de subjetividade correspondente; Colaborar na elaboração de políticas públicas ou privadas de Tecnologia Social; e contribuir com as atividades de serviços e assessoria e consultoria no setor de TS.

A elaboração de políticas públicas de Tecnologia Social deve levar em conta as necessidades e problemas da população em situação de exclusão social ou sem poder econômico para buscar soluções para seus problemas.

As TS devem ser relevantes socialmente conseguindo eficácia e eficiência nas respostas aos problemas que se propuseram resolver. Devem obter impactos sociais ou efeitos significativos de inclusão social, diminuição da injustiça social, de bem-estar, de melhoria das condições e qualidade de vida. Devem fundamentar-se no âmbito dos direitos humanos e contribuir com sua efetivação ou realização. Conseqüentemente, devem ter qualidades de cidadania e adotar métodos participativos em diferentes níveis e formas. De suas características, derivam-se de forma importante a dimensão educativa e a consecução do máximo empoderamento de seu público-alvo (Instituto de Tecnologia Social (ITS BRASIL, 2012, p. 7).

De acordo com o instituto de Tecnologia Social (ITS) (ITS, 2004; 2007) a Tecnologia Social é dividida em quatro dimensões e a sequência dessas quatro dimensões é definida de acordo com a trajetória real-ideal utilizadas desde a criação e desenvolvimento das Tecnologias Sociais.

Figura 2 – Dimensões da Tecnologia Social



Imagem: Adaptado do Instituto de Tecnologia Social – ITS BRASIL (2012, p. 9).

Dentro de cada uma dessas dimensões há uma série de propriedades ou características das Tecnologias Sociais que uma política pública deve conter para ser classificada como Tecnologia Social.

Quadro 1- Características e indicadores das dimensões da tecnologia social.

<b>Dimensões</b>	<b>Características/Indicadores</b>
<b>Conhecimento, Ciência, Tecnologia e Inovação:</b>	1. Objetiva solucionar problemas sociais 2. Demanda social 3. Organização e sistematização 4. Grau de inovação
<b>Participação, Cidadania e Democracia</b>	5. Democracia e cidadania 6. Metodologia participativa 7. Disseminação
<b>Educação</b>	8. Processo pedagógico 9. Diálogo entre saberes 10. Apropriação/Empoderamento
<b>Relevância Social</b>	11. Eficácia 12. Sustentabilidade 13. Transformação social

Fonte: Adaptado do Instituto de Tecnologia Social – ITS BRASIL (2012, p. 11)

A dimensão de aplicação de conhecimento, ciência, tecnologia e inovação se apresenta como ponto central, pois toda tecnologia tem como característica a aplicação desses princípios para resolução de problemas. As Tecnologias Sociais também utilizam do conhecimento, ciência, tecnologia e inovação para resolver seus problemas, no entanto, dada a sua característica de ser social, ela apresenta alguns mecanismos de ação que são ausentes nas tecnologias convencionais (ITS-BRASIL, 2012).

Esta dimensão diz respeito à busca pelo desenvolvimento mediante relação com a comunidade; Desse modo, por meio da união entre saberes acadêmicos e populares oferece soluções simples para problemas cotidianos, o que significa que estas tecnologias possuem uma relação indissociável com a sociedade, tendo em vista que são voltadas para a melhoria e evolução desta (SEIXAS; LIMA; LIMA, 2015).

De acordo com o Instituto de Tecnologia Social,

As Tecnologias Sociais fundamentam-se em pesquisas, conhecimentos populares ou científicos e tecnológicos. Solucionam os mais variados problemas da população, desde alimentação, saúde, saneamento e habitação até atividades produtivas, de desenvolvimento e defesa do meio ambiente. Passa ainda por áreas como Tecnologia Assistiva para a autonomia das pessoas com deficiência, o resgate de conhecimentos de povos indígenas no manejo da floresta, entre outros (ITS - BRASIL, 2012, p. 13).



Ou seja, enquanto as tecnologias convencionais são voltadas para o atendimento ao mercado, as TS utilizam os princípios de Conhecimento, Ciência, Tecnologia e Inovação para buscar solucionar problemas de demanda social e, através de planejamento participativo e interação de saberes técnicos e populares, alcançar o desenvolvimento.

A dimensão da participação, cidadania e democracia está relacionada à característica das Tecnologias Sociais de não visarem apenas construir soluções para problemas da sociedade, mas integrar essas soluções à participação democrática. A essência da Tecnologia Social é a sua criação, desenvolvimento e implementação em ambientes democráticos (ITS-BRASIL, 2012).

A convicção profundamente motivadora das pessoas e instituições que produzem TS se assenta na visão da população como alguém que precisa de soluções, independentemente se tem ou não recursos para comprá-las, mas que delas precisa em virtude da exigência da sua dignidade. Dessa forma, na maioria dos casos, a TS apresenta soluções em questões que têm a ver com os direitos humanos e a uma vida plena e feliz. Daí seu fundamento na cidadania, nos direitos humanos (ITS - BRASIL, 2012, p. 14).

Na Dimensão da participação, cidadania e democracia, os atores sociais deixam de ser meros coadjuvantes e se tornam protagonistas, ou seja, nessa dimensão o ser humano se reconhece e passa a ser reconhecido como cidadão, inventor, criador, capaz de elaborar e acumular saberes na busca por respostas às dificuldades de sua realidade, respeitando as condições materiais, ambientais e culturais que lhe são específicas (SANTOS, 2009).

A dimensão da educação proporciona efetivo aprendizado na comunidade participante. Os benefícios das Tecnologias Sociais derivam não só da participação popular na formulação das Políticas Públicas, mas também da intenção educativa que está presente na grande maioria das Tecnologias Sociais.

O objetivo final a ser perseguido, frequentemente, pelas entidades que desenvolvem TS desde sua perspectiva pedagógica consiste em que a população possa se apropriar ou se empoderar delas, a fim de diminuir a “dependência” tecnológica e de induzir sua permanência e continuidade por meio de seu desenvolvimento endógeno (ITS - BRASIL, 2012, p. 15).

Democratizar o acesso ao conhecimento é um dos principais pressupostos da dimensão da Educação, isto porque historicamente grande parcela da população não tem acesso à educação e ao conhecimento, o que faz com que essas pessoas, em sua grande maioria, sejam excluídas dos processos decisórios que dizem respeito a elas mesmos (SANTOS, 2009).

Outra característica marcante das Tecnologias Sociais é a valorização dos conhecimentos populares. As comunidades geralmente valorizam a importância que cada tipo de conhecimento (popular e técnico) tem para a produção de políticas públicas e, “por esse motivo, muitas das TS trabalham na interação entre esses dois saberes e, em muitos casos, desenvolvem-se diversas parcerias entre as instituições de ensino e as entidades que as desenvolvem” (ITS - BRASIL, 2012, p.15).

Dessas afirmações conclui-se que as TS são pautadas na construção local e produtos dos atores que a constroem e do contexto em que são inseridas (OLIVEIRA FILHO, 2008). E como afirma Garofolo (2011, p. 7),

A TS pressupõe uma lógica participativa e admite que o conhecimento popular local deve ser considerado na produção de tecnologias, sobretudo quando estas serão adotadas por aquele mesmo público. Sendo assim estas tecnologias geradas do social para o social pautam-se na maneira como a própria sociedade interage com estes grupos.

A dimensão da Relevância Social como características das TS, está relacionada à sua capacidade de resolução dos problemas ou demanda social para a qual ela foi criada.

De acordo com Costa (2013, p. 12) “[...] a proposta da Tecnologia Social, por sua própria natureza, tem como elemento constitutivo o empoderamento e a participação dos usuários na concepção e gestão de instrumentos e metodologias capazes de melhorar suas condições de vida”. Corroborando à ideia, o ITS diz que

[...] as TS contribuem, por meio das soluções criadas para efeitos e impactos, para a inclusão social. Elas favorecem a melhora da sobrevivência, das condições de vida ou da qualidade de vida, a inclusão social, a autonomia (poder viver pela própria capacidade ou esforço sem depender da rede de assistência social), a justiça social, a equidade e a autoestima da população, assim como o desenvolvimento local, no âmbito econômico, cultural ou social (ITS - BRASIL, 2012, p. 16).

As Tecnologias Sociais se preocupam ainda com as questões de sustentabilidade ambiental, social e econômica. Enquanto as políticas convencionais atuam sem nenhuma preocupação com essas áreas (principalmente com a área ambiental), as TS atuam por estratégias próprias caracterizadas pelo cuidado com o meio ambiente, com a sociedade e visando também a sustentabilidade econômica.

Enfim, como afirma Fernandes e Maciel (2010),

Tratar da concepção de TS significa reconhecer a diversidade de fatores que estão implicados na construção e no desenvolvimento de uma TS; entre eles pode-se citar a transformação social, a participação direta da população, o

sentido de inclusão social, a melhoria das condições de vida, o atendimento de necessidades sociais, a sustentabilidade socioambiental e econômica, a inovação, a capacidade de atender necessidades sociais específicas, a organização e sistematização da tecnologia, o diálogo entre diferentes saberes (acadêmicos e populares), a acessibilidade e a apropriação das tecnologias, a difusão e ação educativa, a construção da cidadania e de processos democráticos, a busca de soluções coletivas, entre outros, que são sustentados por valores de justiça social, democracia e direitos (FERNANDES; MACIEL, 2010, p. 9 - 10).

#### **2.4 Conexões entre a Gestão Social dos Territórios e as Dimensões de TS**

Atualmente um dos grandes desafios impostos às Tecnologias Sociais é fazer com que essas tecnologias se efetivem em políticas públicas sem que elas percam a dimensão da produção e construção ligadas ao saberes, práticas e especificidades de cada comunidade participante (COSTA, 2013). Sendo a gestão social uma forma de gestão caracterizada pela tomada de decisão coletiva, dialógica e transparente, a união das TS com os princípios da Gestão Social possibilita o desenvolvimento de políticas públicas sem que pra isso as TS precisem recorrer a processos padronizados de produção.

O conceito de Gestão Social adotado na perspectiva da abordagem territorial apresenta alguns elementos chaves que devem caracterizar as iniciativas de políticas públicas voltadas a essa temática. São eles: planejamento participativo, organização descentralizada, direção democrática, controle social transparente e sustentabilidade (SDT-MDA, 2005).

O planejamento participativo se refere à característica dessa forma de gestão de criar ações e tomar decisões por meio de processos participativos que promovam diálogo e crescimento social. O princípio da organização descentralizada visa distribuir tarefas entre os diferentes atores sociais fazendo com que esses atores trabalhem em comunidade visando o bem comum. O princípio da direção democrática e do controle Social visam democratizar o conhecimento permitindo aos indivíduos participar das decisões por meio de processos dialógicos transparentes. As iniciativas de Gestão Social são planejadas para serem sustentáveis e são baseadas na cooperação entre seus membros o que resulta em crescimento e transformação social (DUQUE, 2015; SDT-MDA, 2005). Por sua vez as iniciativas de Tecnologias Sociais devem obedecer a quatro dimensões, conforme aponta Freitas e Segatto (2014) e ITS – Brasil (2012).

Dimensão do Conhecimento, Ciência, Tecnologia e Inovação que se caracteriza por ser uma dimensão central que se propõe a utilizar de maneira clara e direta iniciativas de CT&I para a solução de problemas ou necessidades da população.

Dimensão da Participação, Cidadania e Democracia que se refere ao modo de fazer ou construir soluções para a sociedade, isto porque as TS não se restringem apenas a produção de soluções para as demandas sociais, mas também fazer com que essas soluções sejam construídas em ambientes democráticos de maneira participativa e que sejam acessíveis as condições financeiras da população. Ou seja, as TS buscam o desenvolvimento mediante relação com a comunidade, promovendo uma inversão da posição do beneficiário da tecnologia de consumidor para ator central.

Dimensão da Educação, que esta relacionada à alta densidade de processos de ensino aprendizagem presentes nas iniciativas de TS, esta característica é justificada pelo objetivo das TS de fazer com que a sociedade se aproprie das tecnologias criadas diminuindo assim a sua dependência tecnológica. Outra característica muito presente dentro desta dimensão é a valorização dos conhecimentos populares, existindo vários trabalhos sendo desenvolvidos mediante interação entre saberes populares e saberes técnicos.

Por fim, a dimensão da Relevância Social, com o propósito de promover transformação social observada às premissas do desenvolvimento sustentável. Sua qualidade mais importante consiste na sua eficácia, ou seja, na sua capacidade de solucionar a demanda social que ela se propôs a resolver. Como consequência, ela favorece a melhoria da sobrevivência, da qualidade de vida, da autonomia, da equidade e autoestima da população, assim como o desenvolvimento local, no âmbito econômico, social e cultural.

Ao apresentar as características dos princípios da GS e das dimensões de TS, fica clara a relação de complementariedade que há entre eles, e alguns elementos que aparecem como peças chaves em ambos os conceitos devem ser utilizadas na criação de políticas públicas que visem alcançar desenvolvimento por meio de praticas de gestão social aliadas a iniciativas de TS. São eles: planejamento participativo; descentralização; democracia, controle social e conhecimento; e transformação social sustentável. Para fins de análises esses elementos chaves serão denominados aqui de Macroprocessos.

Duque (2016) apresenta uma discussão a cerca da relação entre Gestão Social e Tecnologias Sociais. De acordo com a autora, na gestão Social as ações são definidas e as decisões são tomadas por meio de um planejamento participativo que promova diálogo e crescimento social. Já as iniciativas de TS visam articular a sociedade, fazendo com que ela trabalhe em conjunto, de tal modo que se alcance o desenvolvimento (DUQUE, 2015).

Por meio da gestão descentralizada, a GS visa distribuir tarefas entre os diferentes atores sociais fazendo com que esses atores trabalhem em comunidade visando o bem

comum. Já as TS buscam inserir esses atores sociais no processo de desenvolvimento, fazendo isso por meio de tecnologias que coloquem os beneficiários das políticas como seus atores centrais (DUQUE, 2015).

A Gestão Social, fazendo uso da democracia, permite aos indivíduos participar das decisões por meio da utilização de diferentes tipos de conhecimentos e de processos dialógicos transparentes. Já as TS promovem o diálogo e fazem com que as tomadas de decisões deixem de ter um cunho coercivo e se tornem uma decisão coletiva, ou seja, as TS aproximam os indivíduos devido ao seu contexto coletivo (DUQUE, 2015).

As iniciativas de Gestão Social são planejadas para serem sustentáveis e são baseadas na cooperação entre seus membros o que resulta em crescimento e transformação social. Essas características dialogam com as TS que visam garantir eficácia, sustentabilidade e transformação social (DUQUE, 2015).

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS**

Este capítulo tem como objetivo apresentar a metodologia de pesquisa adotada, os procedimentos de coleta e o tratamento dos dados.

#### **3.1 Classificação da pesquisa**

Quanto à abordagem do problema, a pesquisa classifica-se como qualitativa por adotar uma estratégia de pesquisa que será direcionada ao longo do seu desenvolvimento, com um foco amplo de interesses, ou seja, não procura seguir com rigor um plano previamente estabelecido. Nas pesquisas qualitativas, é frequente que o pesquisador procure entender os fenômenos segundo a perspectiva dos participantes da ação estudada e, a partir daí, situe sua interpretação dos fenômenos estudados.

Quanto aos objetivos, classifica-se como exploratória, visto que o estudo pretende analisar as Tecnologias Sociais e a sua relação com o Desenvolvimento Territorial. Além disso, a área de Tecnologia Social ainda é pouco explorada no Brasil, não existindo muitos estudos acerca do tema, e quando se relaciona TS com o desenvolvimento territorial às respostas são ainda mais escassas.

#### **3.2 Objeto de Estudo**

A pesquisa apresenta como objeto de estudo as Tecnologias Sociais. Esse tipo de tecnologia consiste no “Conjunto de técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida” (ITS-Brasil, 2007, p. 29).

Essas tecnologias apresentam um caráter técnico metodológico, ou seja, devem ser transformadoras e participativas, e um caráter objetivo, devem proporcionar inclusão social e melhoria das condições de vida da população.

As iniciativas de TS começaram a ser mais difundidas em 2004 quando o ITS realizou uma extensa pesquisa chamada Mapeamento Nacional de Tecnologias Sociais produzidas ou utilizadas por ONGs. Mais de oitenta instituições – entre ONGs, associações comunitárias, movimentos sociais, cooperativas, universidades, centros de pesquisa, poder público e órgãos financiadores de C&T – participaram das atividades. O resultado desse Mapeamento Nacional

de TS, assim como as demais publicações realizada pelo ITS nos anos seguintes foram usados como objeto de análise desta pesquisa.

### **3.3 Coleta de dados**

Quanto aos procedimentos de coleta de dados foram utilizados dois métodos. Primeiro, por meio de entrevistas com pesquisadores das áreas de Tecnologia Social e Desenvolvimento, que serão utilizadas como pilar de sustentação das discussões posteriormente realizadas e uma análise das publicações realizadas pelo ITS-Brasil, e do Projeto de Lei do Senado que institui a Política Nacional de Tecnologia Social.

A entrevista se constitui como uma alternativa para a coleta dados não documentais sobre determinado tema. É uma técnica de interação social em que uma das partes busca obter dados, e a outra se apresenta como fonte de informações. As entrevistas de caráter exploratório e relativamente estruturada foram realizadas com pesquisadores das áreas de TS e Desenvolvimento.

Para a escolha dos entrevistados foi realizado um levantamento junto ao sitio Google na função “Pesquisa web”, e selecionados autores que desenvolveram estudos nas áreas de TS e Desenvolvimento. Foram levantados também nomes de pesquisadores junto ao sitio do ITS Brasil e autores que foram citados no referencial teórico deste trabalho.

As pesquisas no Google foram realizadas usando os seguintes termos de busca: “Tecnologias Sociais”, “Desenvolvimento” e “Desenvolvimento Territorial”. Com a busca foram levantados vários trabalhos com a temática pesquisada e seus respectivos autores. A saturação da pesquisa se deu por meio da análise de todos os trabalhos publicados que faziam menção às TS e ao Desenvolvimento Territorial Brasileiro e a seleção daqueles que tinham ligação direta com o tema estudado.

Após o levantamento desses autores foi analisado o currículo Lattes de cada um e escolhido 50 nomes que desenvolveram trabalhos nas áreas de TS e Desenvolvimento Territorial e que tem essas temáticas como principal fonte de pesquisa.

Após a análise do currículo e escolha dos nomes dos pesquisadores que seriam entrevistados foi encaminhado para cada um deles via e-mail, um total de 3 questões que juntamente com a análise dos projetos deram embasamento para a análise.

A escolha do número de entrevistados foi feita levando-se em conta a dificuldade que esse tipo de entrevista via e-mail tem na obtenção de respostas. A estimativa foi de que destes

50 em torno de 4 a 10 respondessem as perguntas de maneira satisfatória. O quadro 1 apresenta informações sobre os entrevistados respondentes.

Quadro 2 - Biografia dos entrevistados

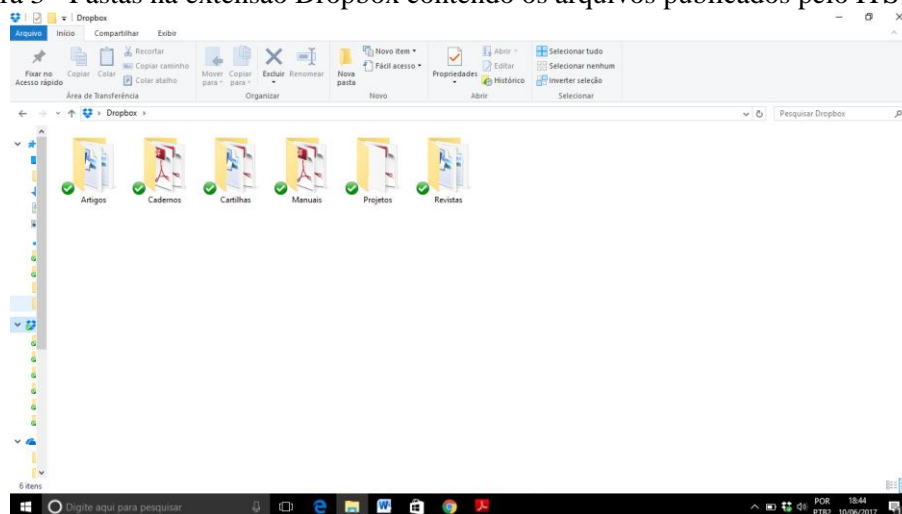
Nome do Entrevistado	Biografia
Cynthia Carvalho	Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Maranhão (1994), mestrado em Políticas Públicas pela mesma Universidade (2000) e doutorado em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense (2008). Atualmente é professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Maranhão.
Henrique Tahan	Possui graduação em Ciências Econômicas pela Unesp - Araraquara (2001) e mestrado (2005) e doutorado (2010) em Política Científica e Tecnológica pela Unicamp.
Eric Sabourin	Coordenador da Rede "Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural na América Latina" Rede PP-AL. Tem experiência na área de antropologia econômica e sociologia rural, atuando principalmente em análise de políticas públicas de desenvolvimento local e territorial
ITS Brasil	Instituto sem fins lucrativos que tem como objetivo promover a geração, o desenvolvimento e o aproveitamento de tecnologias voltadas para o interesse social. O Instituto desenvolve entre outras atividades modelos estratégicos de políticas públicas e privadas a fim de fomentar geração de trabalho e renda e o desenvolvimento sócio-econômico.

Fonte: Elaborado pelo autor

Para a escolha dos documentos analisados, optou-se por aqueles de responsabilidade do Instituto de Tecnologias Sociais (ITS). A decisão de optar por trabalhos do ITS deve-se a relevância que o instituto possui diante das pesquisas sobre Tecnologias Sociais realizadas no país, sendo ele o responsável pela criação de uma metodologia capaz de analisar de forma simples a diversidade de TS inseridas no complexo contexto das comunidades.

Para acesso aos documentos do instituto, foi realizada uma visita ao sitio eletrônico do ITS-Brasil<sup>1</sup>. Em seguida, foram criadas pastas na extensão “Dropbox” para download e armazenamento dos materiais referente a cada tipo de publicação.

Figura 3 - Pastas na extensão Dropbox contendo os arquivos publicados pelo ITS-Brasil



Fonte: Elaborado pelo Autor

<sup>1</sup> <https://www.itsbrasil.org.br/publicacoes-its-brasil/>



### 3.4 Análise de dados

A análise dos dados e o estabelecimento das relações entre Tecnologias Sociais e Desenvolvimento Territorial ocorreram por meio da seguinte triangulação: análise dos dados coletados junto ao ITS e do PLS 111/2011, entrevista com os pesquisadores de TS e DT e análise do referencial teórico construído ao longo do desenvolvimento do presente estudo.

Os documentos analisados são o resultado das publicações do ITS Brasil a cerca de TS. Esse material é composto por oito artigos identificados pelo código A1 à A8, dez cadernos com o código C1 à C10, cinco cartilhas CA1 à CA5, três manuais M1 à M3, nove revistas R1 à R9 e cinco projetos P1 à P5.

Para a análise desse material foram utilizadas as técnicas *skimming* e *scanning*, com o objetivo de identificar se aquilo que atualmente tem sido produzido no Brasil sobre Tecnologias Sociais atendem aos macroprocessos oriundos da relação entre Gestão Social dos Territórios e as Dimensões da TS.

A estratégia de leitura chamada *Skimming* é um tipo de leitura que busca o maior número possível de informações ao primeiro contato com o texto, é utilizada para identificar a ideia central do texto e levar o leitor a decidir se continua ou não com a leitura. A estratégia *Scanning*, por sua vez, é uma complementação da primeira. Na verdade, ela geralmente acontece depois que fazemos um *skimming* no texto. *Scanning* é, portanto, um tipo de leitura (mais detalhada e atenta) que faz com que o leitor obtenha informações específicas dentro do texto.

O quadro a seguir apresenta os macroprocessos já discutidos na seção 2.4 do referencial teórico e estabelece um código para cada um deles.

Quadro 3 - Macroprocessos

Macroprocessos	Código
Planejamento Participativo	MP1
Descentralização	MP2
Democracia, Controle Social e Conhecimento	MP3
Transformação Social Sustentável	MP4

Fonte: Elaborado pelo autor (2017)

Na próxima seção serão apresentados os resultados das análises realizadas nos materiais do ITS e no Projeto de Lei do Senado 111/2011 relativo ao atendimento dos Macroprocessos e as discussões relativas ao conteúdo do material utilizado (entrevistas, documentos etc), assim como um breve histórico das Tecnologias Sociais no Brasil e do ITS.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao analisar as publicações do ITS Brasil a cerca das TS, e do Projeto de Lei do Senado que institui a Política Nacional de Tecnologia Social observou-se que em sua grande maioria esses materiais atendem aos macroprocessos de Gestão Social, tidos como características essenciais para a elaboração de uma política que vise alcançar desenvolvimento territorial.

### 4.1 O Instituto de Tecnologia Social

O Instituto de Tecnologia Social (ITS) é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCI), cuja missão é “Promover a geração, o desenvolvimento e o aproveitamento de tecnologias voltadas para o interesse social e reunir as condições de mobilização do conhecimento, a fim de que se atendam as demandas da população” (ITS-BRASIL, 2004, p. 11).

O instituto nasceu em 2001, com o objetivo de ser um elo entre as demandas da população e a produção de conhecimento no país, independente se esse conhecimento é produzido em instituições de pesquisa, universidades, ONGs ou movimentos populares. Ou seja, o ITS não se preocupa com a maneira como o conhecimento é produzido, mas sim como esses conhecimentos podem ser mobilizados para responder as demandas sociais.

Desde seu início, o ITS tem se preocupado em discutir o papel desempenhado pelas organizações da sociedade civil na construção e desenvolvimento da CT&I. Sabendo desta preocupação, em 2001, o então ministro da Ciência e Tecnologia Ronaldo Sardenberg convocou o instituto para incluir as organizações da sociedade civil na II Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia, que acontecia em Brasília,

na oportunidade, o foco era o fomento da mobilização dos principais atores engajados em adotar a Ciência e Tecnologia como instrumentos efetivos da mudança econômicosocial do Brasil, para enfrentar os novos desafios e solucionar problemas, com ênfase na inovação tecnológica como instrumento para a competitividade (ITS-Brasil, 2011, p.44)

Em 2005, foi realizada a III Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. Essa conferência ressaltou a importância da Inovação tecnológica como instrumento para a competitividade e demonstrou como a ciência, a tecnologia e a inovação produzidas no Brasil deveriam ser usadas como estratégia para gerar desenvolvimento econômico, político, social e cultural no país.

A quarta Conferencia Nacional ocorreu em 2010 e ampliou o seu foco de atuação, tendo como tema principal “Política de Estado para Ciência, Tecnologia e Inovação com vista ao desenvolvimento Sustentável.” Nesta edição,

O destaque foi a participação incisiva das Organizações da Sociedade Civil (OSCs), que estiveram nas duas edições anteriores, porém nesta de forma mais organizada. Para isso foi realizada uma Oficina preparatória para a 4ª CNTCI, onde foi delineada a importância da apropriação dos conhecimentos pelos cidadãos, a discussão da aplicação das tecnologias sociais para a redução da pobreza, geração de trabalho e renda, na perspectiva do desenvolvimento sustentável (ITS-BRASIL, 2011, p.45).

Em 2012, o ITS publicou a pesquisa Nacional de Tecnologia Assistiva. Um estudo que apresentou um mapa significativo da inovação em Tecnologia Assistiva que tem ocorrido no Brasil. Já em 2013, ocorreu o II seminário Internacional de Emprego Apoiado, realizado em São Paulo. Este seminário foi uma iniciativa do ITS Brasil em parceria com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e teve como objetivo a divulgação, fortalecimento e disseminação da Tecnologia Social do emprego apoiado.

Atualmente, o ITS tem se dedicado principalmente a dois projetos: O projeto PRONAS 2016 – Emprego apoiado e o projeto Fab Lab Livre SP. O primeiro visa a inserção da pessoa com deficiência no mercado formal de trabalho, enquanto o segundo, que é fruto de uma parceria entre a Prefeitura Municipal de São Paulo e o ITS, disponibiliza laboratórios com equipamentos de eletrônica, robótica, marcenaria e mecânica à todas as pessoas que tenham interesse em aprender, desenvolver e construir projetos coletivos ou pessoais, envolvendo tecnologias de fabricação digital, eletrônica, técnicas tradicionais e práticas artísticas.

Enfim, as experiências catalogadas, os projetos desenvolvidos e os materiais elaborados pelo instituto ao longo dos seus 16 anos de existência são inúmeros, e, apesar desse material se constituir como principal fonte de dados desta pesquisa, não é objetivo do presente estudo trazer uma discussão sobre cada um deles. O quadro abaixo apresenta, no entanto, a relação destas publicações, assim como a divisão em artigos, cadernos, cartilhas, manuais, revistas e projetos, como aparecem no site oficial do instituto.

Quadro 4 – Publicações ITS - Brasil

	Material Analisado	Código	Endereço
	Tecnologia Social: Estratégias para o	A1	<a href="https://docs.wixstatic.com/ugd/85fd89_4aa9ab4ba45641fd945346689df1c3d9.pdf">https://docs.wixstatic.com/ugd/85fd89_4aa9ab4ba45641fd945346689df1c3d9.pdf</a>

ARTIGOS	Desenvolvimento		
	Cidadania em CT&I: uma mudança de paradigma	A2	<a href="https://docs.wixstatic.com/ugd/85fd89_a8c593e3038840969920e4d54f01b153.pdf">https://docs.wixstatic.com/ugd/85fd89_a8c593e3038840969920e4d54f01b153.pdf</a>
	Política pública em ciência e tecnologia: as redes de fomento tecnológico e as relações entre governo, empresas e universidade.	A3	<a href="https://docs.wixstatic.com/ugd/85fd89_0471b689a0d2468e89b61f8a3585705c.pdf">https://docs.wixstatic.com/ugd/85fd89_0471b689a0d2468e89b61f8a3585705c.pdf</a>
	Como os produtores de ciência, Tecnologia e informação “percebem” a sociedade?	A4	<a href="https://www.itsbrasil.org.br/textos">https://www.itsbrasil.org.br/textos</a>
	Quem tem medo da Organização Social?	A5	<a href="https://www.itsbrasil.org.br/textos">https://www.itsbrasil.org.br/textos</a>
	Desafio de Gerar, Aplicar e Divulgar o Conhecimento Científico	A6	<a href="https://www.itsbrasil.org.br/textos">https://www.itsbrasil.org.br/textos</a>
	Processo de Inovação exige mobilização Social	A7	<a href="https://www.itsbrasil.org.br/textos">https://www.itsbrasil.org.br/textos</a>
	Contra o Homem Obsoleto	A8	<a href="https://www.itsbrasil.org.br/textos">https://www.itsbrasil.org.br/textos</a>
CADERNOS	Conhecimento e Cidadania: Tecnologia Social	C1	<a href="https://www.itsbrasil.org.br/conhecimento-e-cidadania">https://www.itsbrasil.org.br/conhecimento-e-cidadania</a>
	Conhecimento e Cidadania: TS e Desenvolvimento Participativo	C2	<a href="https://docs.wixstatic.com/ugd/85fd89_9a1da1f0daa54faa833106ad4773b0ea.pdf">https://docs.wixstatic.com/ugd/85fd89_9a1da1f0daa54faa833106ad4773b0ea.pdf</a>
	Conhecimento e cidadania: TS e Educação	C3	<a href="https://docs.wixstatic.com/ugd/85fd89_fa468d381d76424d94def701e1ed0698.pdf">https://docs.wixstatic.com/ugd/85fd89_fa468d381d76424d94def701e1ed0698.pdf</a>
	Conhecimento e Cidadania: TS e Agricultura familiar	C4	<a href="https://docs.wixstatic.com/ugd/85fd89_d8cf5f1d329f4130bd0c3d5646fff758.pdf">https://docs.wixstatic.com/ugd/85fd89_d8cf5f1d329f4130bd0c3d5646fff758.pdf</a>
	Conhecimento e Cidadania: TS e Articulação comunidade-escola Volume 1	C5	<a href="https://docs.wixstatic.com/ugd/85fd89_3ec7afd829b148fd8c040c07a43e99fd.pdf">https://docs.wixstatic.com/ugd/85fd89_3ec7afd829b148fd8c040c07a43e99fd.pdf</a>
	Conhecimento e Cidadania: TS e Articulação comunidade-escola Volume 2	C6	<a href="https://docs.wixstatic.com/ugd/85fd89_4d9be648258943e8a3402bdbf577ee53.pdf">https://docs.wixstatic.com/ugd/85fd89_4d9be648258943e8a3402bdbf577ee53.pdf</a>
	Conhecimento e Cidadania: Incubação de Cooperativas Populares e de Empreendimentos Econômicos Solidários	C7	<a href="https://docs.wixstatic.com/ugd/85fd89_deffb7e690e84956ad5a19c94be406b3.pdf">https://docs.wixstatic.com/ugd/85fd89_deffb7e690e84956ad5a19c94be406b3.pdf</a>
	Papel e Inserção do Terceiro Setor no Processo de Construção e Desenvolvimento da CT&I	C8	<a href="https://docs.wixstatic.com/ugd/85fd89_58fb2516527346e8816594794726fead.pdf">https://docs.wixstatic.com/ugd/85fd89_58fb2516527346e8816594794726fead.pdf</a>
	Papel e Inserção do Terceiro Setor no Processo de Construção e Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação	C9	<a href="https://docs.wixstatic.com/ugd/85fd89_16a39475f1ec497f9e7d8042a8c2f568.pdf">https://docs.wixstatic.com/ugd/85fd89_16a39475f1ec497f9e7d8042a8c2f568.pdf</a>
	Caderno de Debates Tecnologias Sociais no Brasil	C10	<a href="https://docs.wixstatic.com/ugd/85fd89_2f2b4f97fcb0441191e370e278303b7c.pdf">https://docs.wixstatic.com/ugd/85fd89_2f2b4f97fcb0441191e370e278303b7c.pdf</a>
Recursos básicos de			

C A R T I L H A S	Acessibilidade Sócio Digital para Pessoas com Deficiência 1	CA1	<a href="https://docs.wixstatic.com/ugd/85fd89_1484aef95a4544deb5a6c8b8343b678b.pdf">https://docs.wixstatic.com/ugd/85fd89_1484aef95a4544deb5a6c8b8343b678b.pdf</a>
	Recursos básicos de Acessibilidade Sócio Digital para Pessoas com Deficiência 2	CA2	<a href="https://docs.wixstatic.com/ugd/85fd89_a9baa902e9c94ce5b8b19e4072baf46a.pdf">https://docs.wixstatic.com/ugd/85fd89_a9baa902e9c94ce5b8b19e4072baf46a.pdf</a>
	CT&I para o Desenvolvimento Sustentável: Contribuição das Organizações da Sociedade Civil	CA3	<a href="https://docs.wixstatic.com/ugd/85fd89_4b590f5635e9407b912b4cc9b9089d97.pdf">https://docs.wixstatic.com/ugd/85fd89_4b590f5635e9407b912b4cc9b9089d97.pdf</a>
	Pão Sol: Uma Política Pública para segurança Alimentar e Nutricional	CA4	<a href="https://docs.wixstatic.com/ugd/85fd89_f5e2eae8d4d341e497e37ac9ffb9dd93a.pdf">https://docs.wixstatic.com/ugd/85fd89_f5e2eae8d4d341e497e37ac9ffb9dd93a.pdf</a>
	Desenvolvimento Local Participativo	CA5	<a href="https://docs.wixstatic.com/ugd/85fd89_088d0b07d62d4b6f8253f7158663820c.pdf">https://docs.wixstatic.com/ugd/85fd89_088d0b07d62d4b6f8253f7158663820c.pdf</a>
M A N U A I S	“Oficinas de Geração de Trabalho e Renda para Pessoas com Deficiência”	M1	<a href="https://docs.wixstatic.com/ugd/85fd89_6df99280371540bebb05cb6303879f72.pdf">https://docs.wixstatic.com/ugd/85fd89_6df99280371540bebb05cb6303879f72.pdf</a>
	“Oficinas de Geração de Trabalho e Renda para Pessoas com Deficiência 2”	M2	<a href="https://docs.wixstatic.com/ugd/85fd89_4efc042699df43bfa088369ce717350a.pdf">https://docs.wixstatic.com/ugd/85fd89_4efc042699df43bfa088369ce717350a.pdf</a>
	Centro de Formação de Artesãos e de Artefatos em Madeira Parque Recreio - Parelheiros - São Paulo	M3	<a href="https://docs.wixstatic.com/ugd/85fd89_8bffd91c26114345bea4b5b7cc988b30.pdf">https://docs.wixstatic.com/ugd/85fd89_8bffd91c26114345bea4b5b7cc988b30.pdf</a>
R E V I S T A S	Revista ITS Brasil- 10 Anos	R1	<a href="https://docs.wixstatic.com/ugd/85fd89_14616a3578484eeaa52b5eb0537cadaf.pdf">https://docs.wixstatic.com/ugd/85fd89_14616a3578484eeaa52b5eb0537cadaf.pdf</a>
	Retratos da TS no Maranhão, Ceará, Bahia e São Paulo	R2	<a href="https://docs.wixstatic.com/ugd/85fd89_95e72eaeed2f452c8b25801e461ca37a.pdf">https://docs.wixstatic.com/ugd/85fd89_95e72eaeed2f452c8b25801e461ca37a.pdf</a>
	Políticas Públicas e o Desafio do Desenvolvimento Humano	R3	<a href="https://docs.wixstatic.com/ugd/85fd89_6d91bca1555f434b882fef8ecad3fa80.pdf">https://docs.wixstatic.com/ugd/85fd89_6d91bca1555f434b882fef8ecad3fa80.pdf</a>
	Bioenergia para a Inclusão Social	R4	<a href="https://docs.wixstatic.com/ugd/85fd89_e5f8d612ba0e4122835f1716b81ccef3.pdf">https://docs.wixstatic.com/ugd/85fd89_e5f8d612ba0e4122835f1716b81ccef3.pdf</a>
	Direitos Humanos: Organização Popular e Avanço da Cidadania	R5	<a href="https://docs.wixstatic.com/ugd/85fd89_1670433e78994959994043c77092073d.pdf">https://docs.wixstatic.com/ugd/85fd89_1670433e78994959994043c77092073d.pdf</a>
	Projetos de Desenvolvimento Local Participativo	R6	<a href="https://docs.wixstatic.com/ugd/85fd89_9bb471958d6148c4af6b69205e5958c9.pdf">https://docs.wixstatic.com/ugd/85fd89_9bb471958d6148c4af6b69205e5958c9.pdf</a>
	Tecnologia Social e Extensão Universitária	R7	<a href="https://docs.wixstatic.com/ugd/85fd89_79521c92624c4e18a8489ecf2f90859c.pdf">https://docs.wixstatic.com/ugd/85fd89_79521c92624c4e18a8489ecf2f90859c.pdf</a>
	A Face Humana da Crise Reage	R8	<a href="https://docs.wixstatic.com/ugd/85fd89_3be0cd83fade45e497fb1858b4efeed7.pdf">https://docs.wixstatic.com/ugd/85fd89_3be0cd83fade45e497fb1858b4efeed7.pdf</a>
	Ciência, Tecnologia e Sociedade: Novos Desafios, Novas Relações?	R9	<a href="https://docs.wixstatic.com/ugd/85fd89_be7605e198f4436098dac4f780be05ee.pdf">https://docs.wixstatic.com/ugd/85fd89_be7605e198f4436098dac4f780be05ee.pdf</a>
P R O J	Fundipesca	P1	<a href="https://media.wix.com/ugd/85fd89_eaba2e06b51149cbbe474e73bbc21883.pdf">https://media.wix.com/ugd/85fd89_eaba2e06b51149cbbe474e73bbc21883.pdf</a>
	Banco Palmas	P2	<a href="https://media.wix.com/ugd/85fd89_eaba2e06b51149cbbe474e73bbc21883.pdf">https://media.wix.com/ugd/85fd89_eaba2e06b51149cbbe474e73bbc21883.pdf</a>

E T O S	Amavida	P3	<a href="https://media.wix.com/ugd/85fd89_e42bf7aa97794f18ae7d7d17ac6125dc.pdf">https://media.wix.com/ugd/85fd89_e42bf7aa97794f18ae7d7d17ac6125dc.pdf</a>
	ISPN	P4	<a href="https://media.wix.com/ugd/85fd89_e42bf7aa97794f18ae7d7d17ac6125dc.pdf">https://media.wix.com/ugd/85fd89_e42bf7aa97794f18ae7d7d17ac6125dc.pdf</a>
	Ecoar	P5	<a href="https://media.wix.com/ugd/85fd89_e42bf7aa97794f18ae7d7d17ac6125dc.pdf">https://media.wix.com/ugd/85fd89_e42bf7aa97794f18ae7d7d17ac6125dc.pdf</a>
	PLS 111/2011	PL1	<a href="http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=5EC984BA03CB57C9BF67923FE98165DB.proposicoesWebExterno1?codteor=1400847&amp;filename=PL+3329/2015">http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=5EC984BA03CB57C9BF67923FE98165DB.proposicoesWebExterno1?codteor=1400847&amp;filename=PL+3329/2015</a>

Fonte: elaborado pelo autor (2017).

Em síntese, desde a sua fundação, o ITS desenvolve atividades ligadas à representação das ONGs junto aos órgãos de CT&I e contribui para legitimar o papel das entidades da sociedade civil organizada como produtoras de conhecimento. Além disso, o ITS vem desenvolvendo pesquisas que procuram esclarecer o sentido da utilização do termo Tecnologia Social.

#### 4.2 Os Macroprocessos da Gestão Social e as Tecnologias Sociais

O atendimento aos macroprocessos da Gestão Social é fundamental para legitimar a relação existente entre as TS e a GS e apontar as Tecnologias Sociais como alternativa para a formulação de políticas públicas que promovam desenvolvimento, isto porque a Gestão Social tem se tornado a base das iniciativas de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento territorial por meio de processos descentralizados de participação.

No entanto, é consenso na literatura e entre os pesquisadores da área de desenvolvimento, que no Brasil não há uma política nacional que direcione as iniciativas de desenvolvimento territorial, e desde a extinção do MDA os estudos sobre essa temática vem perdendo forças.

Diante desse quadro de estagnação, as Tecnologias Sociais aparecem como uma alternativa para a criação de uma política nacional que oriente e unifique os esforços no sentido de se construir um desenvolvimento dos territórios pautado, sobretudo, nos princípios da participação, descentralização, democracia, transparência e sustentabilidade.

O que hoje se tem em termos de Tecnologias Sociais é o resultado de algumas décadas de pesquisa envolvendo diferentes atores sociais (ITS-2007). Sua utilização visa promover desenvolvimento econômico e social por meio de processos inovadores de participação cidadã e democrática, que gere transformações sociais de maneira sustentável.

No Brasil, as iniciativas de TS começaram a se desenvolver a partir de 2001, com a criação do Instituto de Tecnologia Social, a Fundação Banco do Brasil e a Rede de Tecnologia Social (DUQUE, 2015).

O ITS-BRASIL nasceu no início das discussões sobre TS no cenário nacional e ao longo da sua existência vem promovendo a geração, o desenvolvimento e o aproveitamento de tecnologias voltadas ao interesse social, criando condições para que as demandas da população sejam atendidas (ITS-BRASIL).

As TS possuem algumas características singulares que fazem com que elas se apresentem como alternativas para a solução dos problemas da sociedade. “Ao vincular as Tecnologias Sociais a programas governamentais a Administração Pública incorpora as Tecnologias Sociais como forma de construir modelos para políticas públicas” (DUQUE, 2015, p.118) e ao analisar os projetos desenvolvidos na área de TS (aqueles organizados pelo ITS-Brasil), vê-se que na sua grande maioria esses projetos atendem aos macroprocessos que devem nortear uma política de desenvolvimento territorial, como aparece no quadro abaixo.

Quadro 5 – Presença dos Macroprocessos nos materiais analisados.

Código	Macroprocessos			
	MP1	MP2	MP3	MP4
A1	X	X	X	X
A2	X		X	X
A3	X	X		
A4		X		
A5	X	X		
A6	X			
A7	X		X	
A8			X	
C1	X	X	X	X
C2	X	X		
C3	X		X	
C4	X	X	X	X
C5	X	X	X	
C6	X		X	
C7	X	X	X	
C8	X			
C9	X			
C10	X	X	X	X
CA1	X	X	X	X
CA2	X	X	X	X
CA3	X	X	X	X
CA4	X			
CA5	X	X	X	X
M1	X	X		X

M2	X	X		X
M3	X	X		X
R1	X	X	X	X
R2	X	X	X	X
R3	X	X	X	X
R4	X	X	X	X
R5	X	X	X	X
R6	X	X	X	X
R7	X	X	X	X
R8	X	X	X	X
R9	X	X	X	X
P1	X	X	X	X
P2	X	X	X	X
P3	X	X	X	X
P4	X	X	X	
P5	X			X
PL1	X			X

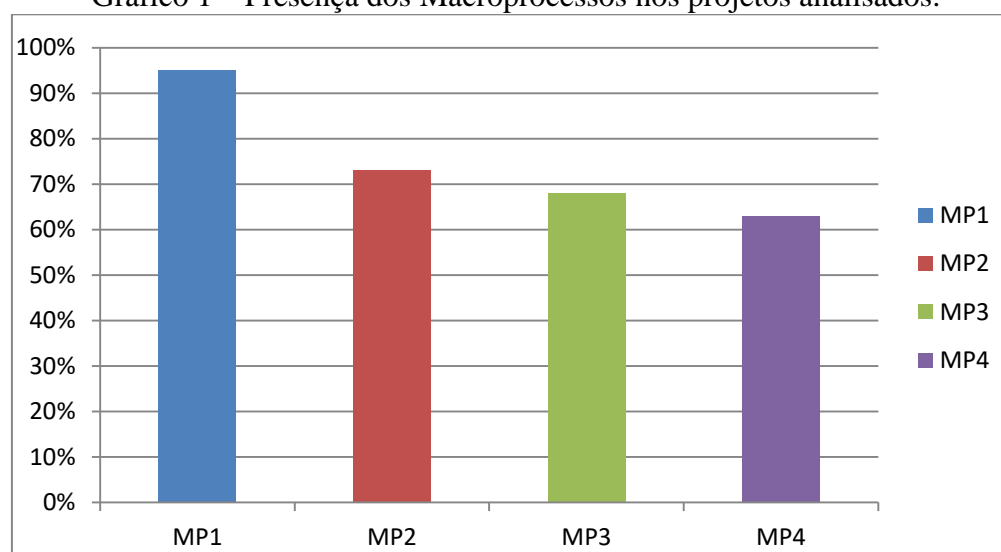
Fonte: Elaborado pelo autor (2017)

Temas como cidadania; participação; sustentabilidade; inclusão social; aquisição de conhecimento pela parcela mais excluída da população; utilização de tecnologias para a geração de conhecimento, renda e desenvolvimento; tecnologia como elemento gerador de participação e democracia; necessidade de maior integração entre universidade e empresas; utilização dos princípios de organização, planejamento, avaliação, democracia, descentralização e participação nas diversas áreas em que as Tecnologias Sociais atuam; entre outros, são pontos essenciais presentes nos projetos que tem sido desenvolvido no Brasil ligado as TS.

De acordo com os resultados das análises dos projetos (representada no gráfico 1) e com aquilo que a literatura acerca do tema apresenta, pode-se apontar as iniciativas de desenvolvimento pautado nas Tecnologias Sociais como uma alternativa para a formulação de uma Política Nacional de Desenvolvimento Territorial. Segue as justificativas dessa afirmação.



Gráfico 1 – Presença dos Macroprocessos nos projetos analisados.



Fonte: Elaborado pelo autor (2017)

Como mostra o gráfico, é alta a incidência dos Macroprocessos definidos anteriormente como princípios fundamentais que devem pautar as iniciativas de uma Política Nacional de Desenvolvimento Territorial, dentro daquilo que tem sido produzido em termos de TS no Brasil.

Presente em cerca de 95% do material analisado, o Macroprocesso 1 que corresponde ao Planejamento Participativo é o macroprocesso que mais aparece, estando presente de maneira mais significativa no artigo 1 (A1), nos cadernos 2, 8 e 9 (C2, C8 e C9) na cartilha 5 (CA5) no Projeto 2 (P2) e no Projeto de Lei do Senado que Institui a Política Nacional de Tecnologia Social.

Já na sua definição, o PLS 111/2011 diz que as TS devem ser desenvolvidas ou aplicadas em interação com a população e estabelece como princípio dessa política a adoção de formas democráticas de atuação.

O caderno 2 e o projeto 2 trazem o exemplo do Banco Palmas, uma iniciativa que envolveu planejamento participativo local e culminou com o desenvolvimento do Conjunto Palmeira, um bairro de 32.000 habitantes localizado na periferia de Fortaleza. O banco é gerido pela Associação dos Moradores do Conjunto Palmeira, conhecido por sua sigla ASMOCONP, da qual a maioria da equipe é voluntária (PROJETO 2).

O exemplo do Banco Palmas é um dos mais conhecidos projetos de desenvolvimento participativo que deu certo, resultado daquilo que aparece no caderno 2, que diz que o desenvolvimento deve considerar aquilo que as pessoas, os cidadãos comuns têm a dizer a respeito de como consideram o que deveria ser o desenvolvimento, que rumos querem dar a

seu futuro e ao do seu território. Para o projeto, os cidadãos têm direito de participar do seu próprio desenvolvimento, trata-se de uma questão de poder.

O desenvolvimento deve ser participativo, pois isto significa, em última instância, que o processo democrático esta se fortalecendo, o que tem representado uma das principais garantias com relação ao desenvolvimento humano de um país ou comunidade. A democracia é o processo em que as diferentes vozes de uma sociedade conseguem manifestar-se e são respeitadas (CADERNO 2).

O segundo Macroprocesso corresponde à descentralização. De acordo com esse macroprocesso, o usuário das tecnologias deixa de ser consumidor e se torna ator central das políticas públicas desenvolvidas. Este macroprocesso aparece em 73% dos projetos analisados tendo destaques nos cadernos 4, 5, 6, 7, 10 (C4, C5, C6, C7, C10), nas cartilhas 1 e 2 (CA1, CA2) e nas revistas 3 e 5 (R3, R5).

Um exemplo importante desse protagonismo dos atores sociais se encontra no Caderno 4, que apresenta algumas discussões sobre a agricultura familiar, uma importante estratégia para o desenvolvimento do país, seja pela oportunidade de gerar emprego e renda o que permite aos agricultores buscar sua independência financeira, seja por sua importância na oferta de alimentos.

Outro exemplo marcante que mostra o protagonismo desses atores está presente na Revista 5, onde organizados em cooperativas, fóruns e movimento nacional, catadores de lixo melhoram sua renda e buscam participar das políticas públicas, atuando nessas políticas como peça essencial.

O macroprocesso 3, Democracia, Controle Social e Conhecimento está presente em aproximadamente 68 % dos projetos analisados, entre eles, nos cadernos 1, 3, 5 e 6 (C1, C3, C5, C6), nas revistas 7 e 8 (R7, R8), na cartilha 3 (CA3) e nos projetos 1 e 5 (P1, P5).

Para se alcançar direção democrática com controle social transparente, é fundamental proporcionar a sociedade acesso ao conhecimento por meio da educação. Como apresenta o caderno 3, a educação se refere ao desenvolvimento das capacidades humanas, ao aprendizado de conteúdos e habilidades que poderão auxiliar os indivíduos para estarem mais bem preparados para participar da construção da sociedade.

E como se encontra no caderno 1, a participação popular na construção da sociedade é um caminho que traz grandes vantagens, mas que só é alcançado quando se tem um processo de participação democrático com uma gestão transparente.

Iniciativas que apresentam direção democrática proporcionada pelo conhecimento são desenvolvidas, em instituições como a Fundação para o Desenvolvimento de Comunidades Pesqueiras Artesanais (FUNDIPESCA), uma fundação que se baseia na inter-relação entre os setores da saúde, educação, trabalho e renda, identificando os problemas relativos a esses setores e elaborando soluções para tais problemas utilizando as Tecnologias Sociais (PROJETO 1).

Dentro dos projetos desenvolvidos pela Fundipesca, destacam-se na área do conhecimento e educação os projetos “Barco-Escola e Estaleiro-Escola”, esses projetos juntamente com o Centro de Treinamento Padre Barturen foram criados visando à melhoria da educação dos pescadores, destacando-se a formação técnica e humana, consideradas alicerces para a construção do desenvolvimento. As capacitações possibilitam troca de conhecimento de forma que todos evoluam em suas competências, independente da escolaridade, gênero ou idade (PROJETO 1).

As ações da Fundipesca apresentam também um diagnóstico rápido participativo a partir do qual se discutem e avaliam as propostas de intervenção que gerem melhores resultados para a coletividade, o que faz com que as ações sejam realizadas de maneira transparente.

Nos projetos da Fundipesca, a direção democrática aparece retratada na autonomia gerada pela transmissão de conhecimento. São escolhidos representantes das comunidades maiores de 18 anos e eles passam por uma capacitação teórica e prática no centro de Pesquisa e Capacitação Padre Barturen, nessa capacitação eles são instruídos a manusear as ferramentas de marcenaria naval, construir embarcações e fazer reparos em fibra de vidro, além de fabricar suas próprias armadilhas para capturas diversas.

Promover uma Transformação Social Sustentável é a base do quarto macroprocesso que aparece em 63% de todo material analisado, principalmente nos cadernos 1, 4 e 10 (C1, C4, C10), nas cartilhas 1, 2 e 3 (CA1, CA2, CA3), e nos projetos 4 e 5 (P4, P5).

Um Exemplo de iniciativa de TS voltada ao desenvolvimento sustentável que tem dado frutos é o ISPN, discutido no projeto 4 (P4). O Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN) é um centro de pesquisa brasileira sem fim lucrativo que atua desde 1990 em Brasília e desenvolve ações focadas na sustentabilidade socioambiental do meio rural brasileiro, buscando viabilizar desenvolvimento sustentável com equidade social e equilíbrio ambiental.

Para isso, o instituto financia projetos que atendam aos requisitos de inovação, reaplicabilidade, participação da comunidade na produção e gestão do conhecimento, adequação técnica e relevância social, caracterizando-se como um canal de fomento e campo de experimentação para as TS que visem promover desenvolvimento sustentável aliado a transformação social (PROJETO 4).

Atuando em conjunto com a sociedade, as TS voltadas para a sustentabilidade e transformação social não visam apenas minimizar ações que impliquem em impactos socioambientais negativos, mas principalmente atuam na busca de impactos positivos para a sociedade, tendo em vista a sustentabilidade em longo prazo, inclusive para as futuras gerações, como descrito no caderno 1.

Enfim, como bem lembra a cartilha 3,

A sustentabilidade faz-se presente a cada momento do processo de produção do conhecimento e aponta para uma transformação, no sentido de redução das desigualdades, convivência harmônica do homem com a natureza, melhores condições de preservação ambiental e relações solidárias na produção e distribuição de riquezas e conhecimentos (CARTILHA3, p. 9).

Diante desses resultados, ficam evidentes que as áreas em que as TS têm atuado são áreas essenciais para se buscar o desenvolvimento e levar as diferentes regiões do país a um desenvolvimento consolidado. No entanto, apesar de todos os benefícios proporcionados por essas tecnologias, elas ainda encontram muitas limitações para o seu pleno desenvolvimento.

Como apontam os pesquisadores Cynthia Carvalho, Henrique Tahan e Eric Sabourin, as Tecnologias Sociais no Brasil ainda estão no seu estágio inicial e elas só tem acontecido por iniciativas de organizações não governamentais. A falta de apoio governamental para essas tecnologias fica evidente quando apenas 1% dos recursos da Política Nacional de Ciência e Tecnologia é investido nos projetos de TS, e essa falta de investimento do governo faz com que as TS sejam desconhecidas e não apareçam como uma Política Pública forte capaz de gerar desenvolvimento.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente estudo apresentou a relação existente entre as Tecnologias Sociais e a Gestão Social, principal forma de gestão das políticas públicas que visam alcançar Desenvolvimento Territorial. Procurou também demonstrar como essas Tecnologias Sociais podem ser utilizadas na formulação de uma política pública nacional que promova desenvolvimento territorial.

Esta relação foi comprovada após a análise das experiências que tratam das Tecnologias Sociais no Brasil, entrevista com pesquisadores da área e análise da literatura referente tanto as TS quanto ao Desenvolvimento Territorial Brasileiro, assim como as políticas públicas que vem sendo desenvolvidas dentro dessa temática.

No entanto, apesar da atuação das Tecnologias Sociais em áreas estratégicas do desenvolvimento, sua plena disseminação ainda encontra muitos entraves, principalmente no que diz respeito ao apoio governamental.

Por outro lado, não há no Brasil uma Política de amplitude nacional que direcione os esforços para a promoção do desenvolvimento territorial, e é nesse ponto que ocorrem as interfaces e conexões da TS com a Política de Desenvolvimento Territorial, pois ao integrar as Tecnologias Sociais com a Gestão Social a ideia é construir uma política nacional que tenha como pano de fundo a gestão social, mas que utilize as Tecnologias Sociais como ferramenta de execução. Na figura 4 apresenta-se um esboço de como seria essa política envolvendo TS e GS.

Figura 4: Política Nacional de Desenvolvimento territorial



Fonte: Elaborado pelo autor, 2017.

Como apresentado na figura acima, a Política Nacional de Desenvolvimento Territorial seria construída a partir das interfaces e conexões entre as TS e a GS. Essa política se embasaria nos princípios de participação, descentralização, democracia, transparência e sustentabilidade que norteiam o conceito de Gestão Social.

O diferencial dessa política seria sua forma de execução, que não é padronizada para todo o país como acontece, por exemplo, com o Bolsa Família. Ou seja, a proposta é que não haja um caminho único a ser seguido para chegar ao desenvolvimento territorial, mas que cada localidade de acordo com as suas características e limitações crie sua própria estratégia de desenvolvimento por meio da utilização de Tecnologias Sociais, e que essas estratégias atendam aos princípios da gestão social.

Neste caso, na ideia de ciclo apresentado na figura 4 os elementos constituintes das Tecnologias Sociais e da gestão Social não possuiriam uma localização fixa, sendo sua posição determinada de acordo com as diferentes necessidades.

A política funcionaria da seguinte maneira: O governo federal disponibilizaria uma espécie de plataforma online onde gestores públicos, sociedade civil, ONGs e etc, teriam acesso e poderiam cadastrar suas ideias que tenham como objetivo resolver problemas sociais e conseqüentemente promover desenvolvimento local. Essas ideias passariam por análises e receberiam sugestões de especialistas e aquelas que atendessem aos princípios da Gestão Social e das Tecnologias Sociais e cumprissem seu objetivo de responder as demandas locais gerando desenvolvimento seriam incluídas na política pública, e como recompensa essas ideias receberiam fomento do governo para sua execução na localidade onde ela foi desenvolvida.

Assim, uma ideia vinda do Nordeste do país que resolva o problema da seca pode ser considerada uma política pública pertencente à PNNDT, assim como uma ideia que resolva o problema das enchentes nos grandes centros urbanos também, bastando para isso que ambas atendam aos princípios da gestão social e aos quesitos das Tecnologias Sociais de simplicidade, baixo custo, fácil aplicabilidade (e reaplicabilidade) e impacto social comprovado.

Com isso a população seria beneficiada, pois teriam suas demandas atendidas. Os governos municipais teriam uma fonte de recursos extra, vindo do governo federal para executar tais iniciativas e gerar desenvolvimento local, aumento também sua fonte de arrecadação. E o governo federal, apesar do investimento inicial, teria como retorno

municípios desenvolvidos o que acarreta em maior recolhimento de impostos e como consequência desse desenvolvimento local o desenvolvimento territorial.

Sendo assim, a PNDD sustentada pelos princípios da gestão social e tendo as tecnologias sociais como ferramenta de execução poderá atender de maneira satisfatória todo o extenso território do Brasil, promovendo ao mesmo tempo uma política de desenvolvimento que seja nacional, mas que atenda de maneira específica as necessidades peculiares de cada localidade. Para que isso aconteça de fato, é necessário investimento público, mobilização dos movimentos sociais e organizações não governamentais, participação popular e apoio das universidades e institutos de pesquisas.

Não é objetivo do presente estudo formular uma política pública que resolva o problema do desenvolvimento nos territórios, mas apresentar sugestões que possam despertar o interesse para o desenvolvimento de futuras pesquisas na área, e quem sabe, aliando conhecimento popular ao conhecimento científico possamos propor soluções para este que é um dos principais entraves ao desenvolvimento do país.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. In: **ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLÍTICA**, 4., 1999, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: 1999.
- \_\_\_\_\_. Desenvolvimento e instituições: a importância da explicação histórica. In: **ARBIX, G. et. al. (Orgs.) Razões e ficções do desenvolvimento**. São Paulo: Editora UNESP; Edsup, 2001. p. 165-177
- BANDEIRA, P. **Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional**. 1999. (Texto para discussão, 630). Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td\\_0630.pdf](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0630.pdf)>. Acesso em 27 jun 2017
- BRASIL. Projeto de Lei do Senado nº 111, de 2011, Disponível em: <<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/99555/pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2017.
- CORRÊA, Vanessa Petrelli. **Desenvolvimento territorial e a implantação de políticas públicas brasileiras vinculadas a esta perspectiva**. 2009. Disponível em: <[http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/boletim\\_regional/091220\\_boletim\\_regional3\\_cap3.pdf](http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/boletim_regional/091220_boletim_regional3_cap3.pdf)>. Acesso em 23/04/2017
- COSTA, Adriano Borges, (Org.) **Tecnologia Social e Políticas Públicas**. -- São Paulo: Instituto Pólis; Brasília: Fundação Banco do Brasil, 2013. 284 p.
- DAGNINO, Renato P. (org.) **Tecnologia social e economia solidária: construindo pontes** [documento de trabalho do curso Gestão Estratégica em Tecnologia Social]. Campinas: Gapi/Unicamp, 2012. mimeo.
- DELGADO, N. G.; BONNAL, P.; LEITE, S. P. Territorialização do Desenvolvimento e Articulação de Políticas Públicas e Atores Sociais. In: ----- **Desenvolvimento territorial: articulação de políticas públicas e atores sociais**. 2007. Monografia (Especialização) - Curso de pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade - Cpda, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRJ, Rio de Janeiro, 2007. p.15-28. Disponível em: <[http://oppa.net.br/acervo/publicacoes/IICA-OPPA\\_Desenvolvimento\\_territorial-Articulacao\\_de\\_politicas\\_publicas\\_e\\_atores\\_sociais.pdf](http://oppa.net.br/acervo/publicacoes/IICA-OPPA_Desenvolvimento_territorial-Articulacao_de_politicas_publicas_e_atores_sociais.pdf)>.. Acesso em: 18 jan. 2017.
- **DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO**: A nova política nacional de desenvolvimento territorial em questão. Ipea, v. 64, n. 8, 2011. Não paginado. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2355:catid=28&Itemid=23](http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2355:catid=28&Itemid=23)>. Acesso em: 01 fev. 2017.
- DIAS, T.F; PAIVA, J. A de. **Gestão Social e Desenvolvimento Territorial: um olhar a partir processo de governança dos Colegiados Territoriais**



Brasileiros. **Revista de Ciências da Administração**, Florianópolis, p. 91-105, dez. 2015. ISSN 2175-8077. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/42207>>. Acesso em: 15 jul. 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.5007/2175-8077.2015v17nespp91>>. Acesso em 15 jul 2017

- DUQUE, T.O. **Tecnologia social e gestão social**: interfaces e conexões. 2016. 150p. Dissertação (mestrado profissional) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2015. Disponível em: <http://repositorio.ufla.br/handle/1/10813>. Acesso em 20 jun 2017
- FERNANDES, R. M. C.; MACIEL, A.L.S. **tecnologias sociais**: experiências e contribuições para o desenvolvimento social e sustentável. Rosa Maria Castilhos Fernandes, Ana Lúcia Suárez Maciel (organizadoras). 42 p. Porto Alegre: Fundação Irmão José Otão, 2010. Disponível:<[http://www.fijo.org.br/docs/publicacaoTS\\_FIJO-edit-baixa.pdf](http://www.fijo.org.br/docs/publicacaoTS_FIJO-edit-baixa.pdf)>. Acesso em: 15 Maio 2017.
- FERREIRA, J. Do desenvolvimento local ao desenvolvimento territorial. In: XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 2009, São Paulo. **Anais...** Rio de Janeiro; CPDA/Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2009, p. 1-21,. Disponível em: [http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENG/A/artigos/Ferreira\\_J.pdf](http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENG/A/artigos/Ferreira_J.pdf). Acesso em: 27 jun 2017
- FRAGA, Laís. Autogestão e tecnologia social: utopia e engajamento. In: BENINI, Édi A., FARIA, M. S; NOVAES, H. T., et al. (orgs) **Gestão pública e sociedade**: fundamentos e políticas públicas de economia solidária. 2v. São Paulo: Outras Expressões, 2011. p.101-124. Disponível em: <[http://cirandas.net/articles/0010/1179/Livro\\_Gestao\\_Publica\\_Sociedade.pdf](http://cirandas.net/articles/0010/1179/Livro_Gestao_Publica_Sociedade.pdf)>. Acesso em: 18 out 2016
- FREITAS, C. C. G.; SEGATTO, A. P. Ciência, tecnologia e sociedade pelo olhar da Tecnologia Social: um estudo a partir da teoria crítica da tecnologia. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 302-320, jun. 2014.
- GAROFOLO, A. C. S; tecnologias sociais e educação em âmbito. **Revista educação & tecnologia**, n.11, p. 126-143, 2011. Disponível em: <<http://revistas.utfpr.edu.br/pb/index.php/revedutec-ct/article/viewFile/1528/983>>. Acesso em 20 jun 2017
- GRANDO, R. L. S. C; **Território em construção**: desenvolvimento territorial, organização social e políticas públicas no Território Portal da Amazônia, Mato Grosso (MT). 2014. 281 f. Tese (Doutorado) - Curso de Desenvolvimento Sustentável, Política e Gestão Ambiental, Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: <[http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/16538/1/2014\\_RaquellLopesSinigagliaCariibeGrando.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/16538/1/2014_RaquellLopesSinigagliaCariibeGrando.pdf)>. Acesso em: 15 jan. 2017.

- GUIMARÃES NETO, L. Antecedentes e evolução do planejamento territorial no Brasil. In: MIRANDA, C; TIBÚRCIO. B. (Org.). **Políticas de desenvolvimento territorial no Brasil: avanços e desafios**. Brasília: NEAD, 2010. p. 47-78. Disponível em; <<http://gestaosocial.paginas.ufsc.br/files/2011/06/Livro-Pol%C3%ADticas-de-Desenvolvimento-Territorial-Rural-no-Brasil-IIICA1.pdf>>. Acesso em: 10 jan 2017.
- ITS - INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL. **Caderno de Debate - Tecnologia Social no Brasil**. São Paulo: ITS, 2004.
- ITS - INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL. **Conhecimento e Cidadania 1: Tecnologia Social**. São Paulo: ITS, 2007.
- ITS – INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL. **Revista ITS Brasil 10 anos**. São Paulo, 25 de outubro de 2011.
- ITS - INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL. **Tecnologia social: Experiências exemplares I**. São Paulo: ITS, 2012.
- OLIVEIRA FILHO, R. S. de. Construção participativa de diagnósticos e oficinas de tecnologia social em cooperativas de triagem de resíduos sólidos. In: JORNADAS LATINOAMERICANAS DE ESTUDOS SOCIALES DE LA CIÊNCIA Y LA TECNOLOGIA, 7, 2008, Rio de Janeiro: UFRJ. Anais... Esocite 2008.
- ORTEGA, A. C.. Desenvolvimento territorial rural no Brasil: limites e potencialidades dos CONSADs1. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, vol.45, n2, jun 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20032007000200003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032007000200003)>. Acesso em: 06 jul 2017
- REDE DE TECNOLOGIA SOCIAL. **Tecnologia Social: Conceito**. Disponível em: <<https://www.ritimo.org/Rede-de-Tecnologia-Social>> . Acesso em: 06 jul 2017
- SANTOS, E. . **Tecnologias sociais: dispositivos informacionais significativos para a reinvenção do cotidiano**. 2009. 100p. (Trabalho de Conclusão de Curso) – ECA-USP São Paulo, 2009. Disponível em: <http://rabci.org/rabci/sites/default/files/Tecnologias%20sociais-dispositivos%20informacionais%20significativos%20para%20a%20reinven%C3%A7%C3%A3o%20do%20cotidiano-N.E..pdf>>. Acesso em: 18 jun 2017
- SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL - SDT/ MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA (2005). **Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais**. Série Documentos Institucionais. Brasília: 30 de maio de 2005a. Disponível em: [http://sge.mda.gov.br/bibli/documentos/tree/doc\\_214-28-11-2012-11-32-675117.pdf](http://sge.mda.gov.br/bibli/documentos/tree/doc_214-28-11-2012-11-32-675117.pdf)>. Acesso em: 12 Nov 2016.

- \_\_\_\_\_ . **Referências para a Gestão Social de Territórios Rurais**. Série Documentos Institucionais. Brasília: novembro de 2005b. Disponível em: [http://sge.mda.gov.br/bibli/documentos/tree/doc\\_216-28-11-2012-11-38-397290.pdf](http://sge.mda.gov.br/bibli/documentos/tree/doc_216-28-11-2012-11-38-397290.pdf). Acesso em: 10 Mar. 2017
- SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. [Tradução Laura Teixeira Motta. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/19539/mod\\_resource/content/2/CHY%20-%20Sen%20-%20Aula%208.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/19539/mod_resource/content/2/CHY%20-%20Sen%20-%20Aula%208.pdf)>. Acesso em 18 Nov 2016
- SEIXAS, A. Si, et al. As tecnologias sociais como instrumento para o desenvolvimento nacional. **Revista GEINTEC-Gestão, Inovação e Tecnologias**, v. 5, n. 4, p. 2678-2688, 2015.
- SILVA, S. P. **A abordagem territorial no planejamento de políticas públicas e os desafios para uma nova relação entre estado e sociedade no Brasil**. Cadernos gestão pública e cidadania, v. 17, n. 60, 2012. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/viewFile/4043/2731>. Acesso em 10 jul 2017
- \_\_\_\_\_ . **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Convênio Fipe-IICA (MDA-CNDRS/NEAD), ago. 2001 (Série Textos para Discussão, n. 1). Disponível em: <[http://www.cairu.br/biblioteca/arquivos/Agronegocios/Brasil\\_rural\\_precisa\\_estrategia\\_desenvolvimento\\_1.pdf](http://www.cairu.br/biblioteca/arquivos/Agronegocios/Brasil_rural_precisa_estrategia_desenvolvimento_1.pdf)>. Acesso em: 24 Fev 2017.
- TENÓRIO, F. G. (Re)visitando o conceito de gestão social. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, , v. 3, n. 5, p. 101- 124, 2005. disponível em: <<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/viewFile/108/65>.. Acesso em: 18 Jan2017
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Gênese da abordagem territorial no Brasil. In: Participação, território e cidadania: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil / organizadores: Josefa Salete Barbosa Cavalcanti, Maria de Nazareth Baude Wanderley, Paulo André Niederle. – Recife : Editora UFPE, 2014. 437 p.** Disponível em: [http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user\\_img\\_248/Participacao,%200territ..%20diagrama%C3%A7%C3%A3o%20-%20e-book%20\(3\).pdf](http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_248/Participacao,%200territ..%20diagrama%C3%A7%C3%A3o%20-%20e-book%20(3).pdf) . Acesso em 22/ Mar. 2017

